



RESOLUÇÃO Nº 004/2021 – AD REFERENDUM DO CONEPE

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso Turma Fora de Sede de Licenciatura em Pedagogia a ser ofertado pela Universidade do Estado de Mato Grosso.

O Reitor da Universidade do Estado de Mato Grosso "Carlos Alberto Reyes Maldonado" – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, que lhe conferem o art. 19, §1º c/c art. 32, X do Estatuto da UNEMAT (Resolução nº 002/2012-CONCUR); considerando a Portaria MEC/SEB nº 412, de 17 de junho de 2021, Edital nº 035-MEC-SEB, de 21 de junho de 2021, Processo nº 383039/2021, Parecer nº 027/2021-AGFD/PROEG,

RESOLVE AD REFERENDUM DO CONEPE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso Turma Fora de Sede de Licenciatura em Pedagogia a ser ofertado na Universidade do Estado de Mato no Núcleo Pedagógico de Indavaí, vinculados ao Campus Universitário do Médio Araguaia "Dom Pedro Casaldáliga".

Art. 2º O Projeto Pedagógico do Curso Turma Fora de Sede de Licenciatura em Pedagogia visa atender a legislação nacional vigente, a Portaria MEC/SEB nº 412, de 17 de junho de 2021, as Diretrizes Curriculares Nacionais e normativas internas da UNEMAT e tem as seguintes características:

- I. Carga horária total do Curso: 3.560 horas.
- II. Integralização em 8 (oito) semestres, no mínimo;
- III. Período de realização do curso: noturno, eventualmente, com atividades diurnas;
- IV. Forma de ingresso: por meio de SISU e/ou vestibular próprio, com oferta de 40 (quarenta) vagas.

Art. 3º O Projeto Pedagógico do Curso consta no Anexo Único desta Resolução.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Reitoria da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres/MT,
23 de agosto de 2021.



ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO Nº 004/2021-AD REFERENDUM DO CONEPE

DADOS GERAIS

REITOR: Professor Rodrigo Bruno Zanin

VICE-REITORA: Professora Nilce Maria da Silva

PRÓ-REITOR DE ENSINO DE GRADUAÇÃO: Professor Alexandre Gonçalves Porto

DIRETORIA DE MODALIDADES DIFERENCIADAS: Professor Gustavo Sakr Bisinoto

DADOS GERAIS DO CURSO

Denominação do curso	Licenciatura em Pedagogia
Ano de Criação	2021
Grau oferecido	Nível Superior
Título acadêmico conferido	Licenciatura em Pedagogia
Modalidade de ensino	Turma única – Modular/Presencial
Tempo mínimo de integralização	8 semestres, mínimo; e no máximo, 12 semestres;
Carga horária total	3.560 horas
Número de vagas oferecidas	40 vagas
Turno de funcionamento	Noturno
Formas de ingresso	SISU e/ou vestibular específico
Período	Noturno, eventualmente com atividades diurnas



1. Informações gerais sobre o curso

O curso de Pedagogia em sua presente organização curricular é resultado de intensa análise e discussão interinstitucional, intensificada em junho/2021, para atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação, Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada, CNE/CP Nº 1, de 27 outubro de 2020) bem como a Portaria Nº 412, de 17 de junho de 2021, que institui o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares. No tocante ao acesso, além dos alunos oriundos do Ensino Médio, o currículo atual avança no sentido de ampliar o atendimento aos profissionais de educação não licenciados por meio da oportunidade de formação específica de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, atendendo assim a meta 15 do Plano Nacional de Educação.

Ao incorporar as demandas atuais da sociedade brasileira, o presente projeto tem potencial de promover formação inicial de qualidade voltada ao exercício da docência na Educação Básica por meio da oferta de sólido conhecimento dos saberes constituídos, de metodologias diferenciadas de ensino, da relação dos processos de aprendizagem com a produção cultural local e global, a partir dos cotidianos e realidades práticas da inter relação com a educação básica, objetivando propiciar o pleno desenvolvimento dos educandos. Em suma, este currículo propõe-se a formar profissionais que sejam docentes, pesquisadores, gestores educacionais em espaços escolares e não escolares, construtores de práticas e metodologias inovadoras, habilitados para o uso pedagógico das tecnologias, de metodologias ativas, do ensino híbrido e a desenvolver ações inovadoras no contexto da Educação Básica.

2. Contextualização do curso face às políticas institucionais, nacionais e/ou regionais e às demandas.

2.1 Parte 1 - Políticas nacionais

De acordo com a Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), a formação docente pressupõe o desenvolvimento, pelo licenciando, das competências gerais previstas na BNCC-Educação Básica, bem como das aprendizagens essenciais a serem garantidas aos estudantes, quanto aos aspectos intelectual, físico, cultural, social e emocional de sua formação, tendo como perspectiva o desenvolvimento pleno das pessoas, visando à Educação Integral. Além disso, é requerido do licenciando o desenvolvimento das correspondentes competências gerais docentes, com base nos mesmos princípios das competências gerais estabelecidas pela BNCC.

O art. 8º da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, entre outras disposições, estabelece que os cursos destinados à Formação Inicial de Professores para a Educação Básica devem ter como fundamentos pedagógicos: o compromisso com as metodologias inovadoras e com outras dinâmicas formativas que propiciem ao futuro professor aprendizagens significativas e contextualizadas em uma abordagem didático-metodológica alinhada com a BNCC, visando ao desenvolvimento da autonomia, da capacidade de resolução de problemas, dos processos investigativos e criativos, do exercício do trabalho coletivo e interdisciplinar, da análise dos desafios da vida cotidiana e em sociedade e das possibilidades de desenvolvimento de soluções práticas para esses desafios.

Essa formação também compreende a conexão entre o ensino e a pesquisa com centralidade no processo de ensino e aprendizagem, o emprego pedagógico das inovações e linguagens digitais como recurso para o desenvolvimento de competências sintonizadas com as previstas na BNCC e com o mundo contemporâneo e o compromisso com a educação integral dos professores em formação, visando à constituição de conhecimentos, de competências, de habilidades, de valores e de formas de conduta que respeitem e valorizem a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas.

Essa proposta de formação também se apoia nas novas políticas educacionais de inclusão digital e inovação pedagógica do Ministério da Educação. Em consonância com os fundamentos pedagógicos previstos para a formação inicial de professores, a Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021, institui a Política



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



de Inovação Educação Conectada, com o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet em alta velocidade e fomentar o uso pedagógico de tecnologias digitais na educação básica. Para tanto, a Política de Inovação Educação Conectada visa a conjugar esforços para assegurar as condições necessárias à inserção da tecnologia como ferramenta pedagógica de uso cotidiano nas escolas públicas de educação básica e tem como princípios: a equidade das condições para uso pedagógico da tecnologia; a promoção do acesso à inovação e à tecnologia em escolas; a autonomia dos professores quanto à adoção da tecnologia para a educação; o acesso à internet com qualidade e velocidade compatíveis com as necessidades de uso pedagógico; o amplo acesso aos recursos educacionais digitais de qualidade e incentivo à formação dos professores e gestores em práticas pedagógicas com tecnologia e para uso de tecnologia.

O projeto de formação também se alinha à proposta de Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares estabelecida na Portaria MEC/SEB nº 412, de 17 de junho de 2021, que tem por objeto a oferta de cursos de licenciaturas inovadoras, para atendimento às necessidades e à organização da atual política curricular da Educação Básica e da formação de professores para atuar nessa etapa de ensino, promovendo a adequação da Pedagogia e das Licenciaturas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aos currículos e às matrizes estabelecidas pelas redes de ensino, às propostas pedagógicas curriculares das escolas de Educação Básica e à BNC-Formação Inicial. Além disso, essa proposta de formação busca contribuir para o alcance da Meta 15 do PNE, oferecendo aos professores em serviço na rede pública, oportunidade de acesso à formação específica de nível superior, em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, a fim de promover a formação inicial de qualidade para o exercício da docência na Educação Básica.

A presente proposta corrobora com o desenvolvimento de uma formação inicial inovadora, que considera as especificidades da formação em serviço para professores da Educação Básica, por meio do uso pedagógico das tecnologias digitais, das metodologias ativas, de modelos de aprendizagem híbrida que estimulem o protagonismo e a criatividade dos estudantes e de atitudes empreendedoras. Ações estas que possibilitam o planejamento de soluções criativas para resolução de problemas, visando o desenvolvimento da atuação prática de pedagogos e licenciados, por meio do estágio e disciplinas práticas, visando promover a interdisciplinaridade, o trabalho colaborativo em rede, com ênfase na vivência prática na escola básica.

Segundo o Censo da Educação Superior no Brasil, de 2016 (BRASIL, 2016), existem atualmente no país 7.356 cursos de licenciatura das diferentes áreas do conhecimento e a cada ano, desde 2013, cerca de 200 mil estudantes concluem cursos de licenciatura. Há ainda, pouca informação sobre como a relevância dada às culturas colaborativas, à formação reflexiva e investigativa, à aproximação entre as instituições de formação e a escola, à formação para a justiça social, etc. têm se concretizado em novas propostas e práticas de formação e quais suas contribuições na melhoria dos cursos de formação. (GATTI; BARRETO; ANDRÉ; ALMEIDA, 2019).

A pesquisa realizada por Gatti, Barreto, André e Almeida (2019) demonstra que na formação inicial alguns aspectos podem contribuir significativamente para o desenvolvimento profissional dos licenciados, tais como: vivenciar situações reais de ensino; mobilizar diferentes conhecimentos em processos de planejamento e de execução; desestabilizar os conhecimentos prévios, gerando dúvidas e questionamentos que conduzem busca de novas perguntas e novas respostas; valorizar a diversidade e a compreensão dos processos de aprendizagem; utilizar linguagens diversificadas, explorando novos percursos cognitivos.

2.2 Parte 2 - Políticas institucionais/regionais

Para o pleno desenvolvimento das ações que visam o atendimento das diretrizes do PNE (Art. 2º) é necessário que se estabeleça um regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, e é por isso que o presente projeto se destaca pela amplitude de sua cobertura, ao envolver três estados, a partir do trabalho conjunto de três diferentes Instituições de Ensino Superior.

A cidade de Indaiavá-MT é um município localizado na Microrregião do Jauru, região sudoeste mato-grossense, latitude 15° 29' 38" Sul e longitude 58° 34' 22" Oeste e possui uma altitude média de 215 metros acima do nível do mar. Com uma área territorial de 600,326 km² e uma população de 2.194 habitantes (IBGE 2022) configura-se como um município de baixa densidade demográfica. A cidade situa-se às margens do denominado “Ribeirão Água Suja”, um dos afluentes do Rio Jauru. Localizado no Bioma Amazônico, a temperatura média anual é cerca de 24° C, com máximas de aproximadamente 40° C, e mínimas ocasionais de até 4° C.

Em termos históricos, a criação oficial do município ocorreu em 13 de maio de 1986, pela Lei Estadual nº. 4.998, com território desmembrado do município de Araputanga. Contudo, a primeira



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



denominação da localidade foi “Água Suja”, numa referência ao curso d’água que corta a sede do núcleo urbano, como já mencionado, e que tem este nome devido à coloração barrenta das águas do seu leito. Esta denominação permaneceu usual até 1966, aproximadamente. Nesta época foi substituído pelo nome de “Patrimônio Nova Esperança”, termo que perdurou até meados de 1970.

Já a designação de “Indiavaí” é uma referência aos indígenas da etnia Bororos Cabaçais, cuja aldeia principal se localizava no mesmo local onde se encontra atualmente a cidade. Adicionalmente, ainda em termos históricos, a partir de junho de 1961, ocorreu a chegada de alguns fazendeiros advindos da cidade paulista de Jales, que haviam adquirido substanciais porções de terras na localidade. Com essa vinda dos fazendeiros e consequentemente de alguns trabalhadores, os indígenas foram dizimados e hoje a população é majoritariamente formada por descendentes destes novos ocupantes.

Atualmente, possui uma economia diversificada, com destaque para a pecuária, com um rebanho bovino bastante numeroso, seguido de uma agricultura distribuída nos inúmeros minifúndios, onde são desenvolvidos diversos cultivos, a cidade, dista cerca de 370 quilômetros da capital.

Conforme prevê a meta 15 e suas estratégias, destaca-se aqui a meta 15.1 do PNE

atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Município, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.

A Universidade do Estado de Mato Grosso é uma IES multicampi, distribuída em todo o território do estado de Mato Grosso através também de seus Núcleos e Polos Pedagógicos. Surgiu em 1978 a partir da criação do Instituto de Ensino Superior de Cáceres, que traz em sua história a marca de ter nascido no interior a partir do reconhecimento da importância que o Ensino Superior tem para o desenvolvimento social e econômico da população.

Ao longo de sua trajetória desenvolveu diversas modalidades para a oferta do ensino superior, dentre as quais destaca-se neste momento a educação indígena, pois esta foi uma ação que é anterior ao PNE e atende a estratégia 4.3 de implantar, ao longo do PNE, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para atendimento educacional especializado nas escolas urbanas, do campo, indígenas e de comunidades quilombolas.

É notório que desde a sua criação, a UNEMAT desenvolve ações pioneiras para atender à população de Mato Grosso e segue expandido através de seus egressos que levam formação e desenvolvimento para diversas áreas e regiões do Brasil, pela oferta de diversos cursos de graduação e de pós-graduação.

A pós-graduação *strictu sensu* da UNEMAT teve seu início no ano de 2006 e desde então segue em crescimento expressivo, atende diversas áreas do conhecimento, em atendimento às demandas regionais do Estado e internas da instituição.

2.3 Parte 3 – Demandas

A UNEMAT, desde sua fundação, iniciou com oferta de cursos de licenciatura, Letras e Pedagogia, e historicamente tem participado do atendimento à qualificação profissional dos professores do Estado de Mato Grosso ao longo desses mais de 40 anos. A UNEMAT, institucionalmente, está vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia – SECITEC, e legalmente é credenciada pelo Conselho Estadual de Educação – CEE/MT. Com sede na cidade de Cáceres, a UNEMAT conforme Resolução n.039/2019/CONSUNI, possui 13 *Campi* Universitários, dois *campi* avançados, 11 núcleos pedagógicos e 27 polos pedagógicos.

Neste cenário, a UNEMAT encontra-se inserida em 41 dos 142 municípios que formam o Estado, proporcionando assim, o acesso ao ensino superior público para a população do interior do Estado, bem como, a qualificação para as atividades profissionais, priorizando especificidades regionais e respeitando as características socioambientais, contribuindo, desta forma, com o desenvolvimento científico, tecnológico, educacional, econômico, social e cultural de Mato Grosso.

A Universidade, ao longo de sua existência, tem se dedicado à formação de professores e à questão ambiental, em decorrência das próprias características do Estado e, também, pela sua organização multicampi. Os Projetos Pedagógicos dos cursos ofertados pela UNEMAT, independentemente da modalidade, têm como prioridade acadêmica o acompanhamento e a flexibilização curricular com vistas à melhoria do ensino.

Desse modo, a UNEMAT tem uma vasta experiência no processo de formação de professores e destacamos, especialmente, a formação de professores em serviço, a exemplo do Programa Parceladas, do



Programa de formação de professores indígenas, da parceria com o Programa Universidade Aberta do Brasil.

A Universidade está atenta ao processo contínuo de mudanças que ocorre na sociedade e consciente do seu papel institucional na formação do cidadão. Para tanto, constantemente em conjunto com a SEDUC/MT, Secretaria de Educação de municípios da nossa região e pelas ações da Diretoria de Educação à Distância-DEAD são realizados levantamentos de demandas que indicam as necessidades locais e regionais para oferta de cursos de licenciaturas. Nesse contexto, identificamos por meio dessas pesquisas, aumento mais acentuado de procura por cursos de licenciatura nas áreas Ciências da Natureza e Matemática, bem como temos percebido ao longo da implementação da Resolução CNE/CP nº 2 de 20 de dezembro de 2019 demandas acerca da oferta do curso de Pedagogia com ênfase na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental. Desse modo, a implementação de cursos de licenciatura a serem ofertados pelas IES da Região Centro-Oeste, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) e a Universidade Católica de Brasília (UCB) atendam essas demandas. De modo direto, irão atender professores que ainda não possuem formação adequada em relação à atuação profissional, em busca da segunda licenciatura e jovens egressos do Ensino Médio.

3. Perfil do egresso

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Onde se lê: Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pela Resolução CNE/CES 18, de 13/03/2002 Leia se: RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006), os cursos de Pedagogia enfatizam “a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas”. Nesse sentido, o Curso de Licenciatura em Pedagogia se empenha para formar profissionais capazes de lidar com a realidade hodierna, na qual há um mercado de trabalho exigente que requer, além do domínio da língua materna, bom desempenho em uma língua portuguesa, habilidade para usar as tecnologias digitais disponíveis e capacidade de filtrar o volume extraordinário de informação produzido diariamente. Esse mercado também exige sensibilidade desenvolvida para compreender a necessidade de preservar os valores e as riquezas culturais peculiares a cada comunidade, a cada sociedade, a cada povo, por isso a importância de investir na formação didática do professor, e não apenas no eixo contencioso (DELETAR).

O domínio dos conteúdos, tomado isoladamente, não é o único fator que precisa ser avaliado em uma formação docente, pois há habilidades e capacidades relacionadas ao aporte didático-pedagógico com o qual poderá oferecer ao egresso condições para mediar seu conhecimento em sala de aula e para construir um espaço dinâmico de interação e de interlocução com os alunos. Dessa forma, disciplinas voltadas à formação docente são extremamente relevantes para equilibrar o processo de formação do licenciado em Pedagogia. Além disso, faz parte deste processo de formação desenvolver capacidades relacionadas às competências associadas à prática da investigação dos recursos específicos do processo de aprender a ler, a escrever, aprender as noções de matemática, de espaço, etc. O Curso de Licenciatura em Pedagogia busca, assim, atender ao perfil do licenciado nos seguintes aspectos:

- I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;
- III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias digitais adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;



IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade e da alteridade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

XVII - ser capaz de lidar com as diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como Libras e escrita), corporal, visual, sonora e digital, ampliando suas possibilidades de participação na vida social e, conseqüentemente, conscientes de sua contribuição no processo de transformação das linguagens.

XVIII - ter conhecimento do patrimônio cultural e linguístico desconhecido por grande parte da população brasileira como as variedades do português, as línguas indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras.

XIX - ser capaz de refletir e se posicionar sobre os textos circulantes nos diversos campos de atividade humana, considerando-se, assim, as múltiplas formas de expressão como a literatura infantil e juvenil, o cânone, o culto, o popular, a cultura de massa, das mídias e as culturas juvenis estabelecendo a interação e o trato com o diferente.

XX - fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo.

De forma complementar ao perfil de egresso preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, agregam-se as competências gerais e específicas definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019).

Balizado pelos parâmetros que regem os princípios do ensino universitário, o Curso de Licenciatura em Pedagogia desenvolve ações conjuntas no Ensino, Pesquisa e Extensão. Assim, espera-se que o egresso do curso seja capaz de ser um mediador seguro dos processos de ensino-aprendizagem e que seja:

I. sensível às diferenças interculturais;

II. crítico na articulação e na transposição de questões teóricas e práticas;

III. comprometido com uma formação docente contínua, investigativa, propositiva, empática e crítica, em constante diálogo com as diferentes áreas de conhecimento.

4 Objetivos do curso

Considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ministério da Educação para o Curso de Pedagogia, os estudantes devem ser preparados para trabalhar com um repertório de informações e habilidades, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão e fundamentada em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

4.1 Objetivo Geral



Formar licenciados em Pedagogia para atuarem, com compromisso ético e competência técnica, como professores na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental e como pesquisadores e gestores dos processos pedagógicos em espaços escolares e não escolares.

4.2 Objetivos Específicos

- Compreender a dinâmica da realidade social e das diferentes áreas do conhecimento que contribuem para a formação pedagógica;
- Problematizar a relação entre o eu e o outro nos processos de desenvolvimento e aprendizagem, compreendendo os ambientes educativos como um espaço sociocultural onde a diversidade, a alteridade e a reflexão sobre as diferentes presenças se faz importante;
- Perceber a si e a seus futuros estudantes como sujeitos construtores de suas próprias aprendizagens, buscando a construção de um ambiente educativo inserido na realidade aberta a múltiplas relações sociais perpassadas por subjetividades e intersubjetividades;
- Atuar como gestor da educação, considerando as dimensões da sala de aula, da aprendizagem e da regulação da ação pedagógica de maneira geral;
- Apropriar-se do conhecimento científico, dos métodos, das técnicas e das tecnologias necessárias à construção de uma prática profissional ética e competente, tendo em vista sua atuação numa escola – na docência, coordenação de processos pedagógicos ou gestão - ou em instituição não-escolar;
- Construir um referencial teórico-prático que possibilite acompanhar o novo conhecimento gerado continuamente, e mesmo gerar novos conhecimentos, com vistas a uma atuação eficiente no processo de ensino-aprendizagem e em todas as áreas vinculadas diretamente ou não à educação escolar.

5. Concepções e práticas pedagógicas do processo formativo: metodologia e avaliação

5.1 Aspectos teóricos conceituais

A cultura digital trouxe uma nova dinâmica de trabalho para a universidade e modificou o papel do professor universitário, pois cada vez mais entende-se que a prática do professor que está na escola se constitui de acordo com as experiências vivenciadas no seu processo formativo. Nessa perspectiva, torna-se cada vez mais necessário aproximar os dois espaços mais importantes de formação dos professores: a universidade e a escola. Essa articulação é importante, pois a universidade não é o único locus de formação do professor.

Imbernón (2009) ao problematizar os processos de ensino e aprendizagem no contexto da docência universitária aponta a grande importância dos professores na gestão da aprendizagem dos estudantes, que implica na motivação e no incentivo para a busca de diferentes fontes de conhecimentos, incluindo as experiências com as tecnologias digitais. Em linha com esse pensamento, acreditamos que essas vivências podem estimular uma aprendizagem diferenciada e alinhada à profissão desses futuros professores.

Mancebo (2009) observa que há uma relação entre as tecnologias digitais e o estabelecimento de novas práticas, que são por elas impulsionadas. No entanto, não é uma relação linear e automática, pois depende dos significados que são atribuídos aos artefatos tecnológicos e de fatores como formação do professor, infraestrutura tecnológica, etc. A autora alerta que:

As tecnologias não precisam ser integradas ao universo educacional apenas porque seu uso já está generalizado, porque são garantia de uma educação atualizada ou, ainda, porque constituem condição fundamental para facilitar a aprendizagem. De fato, o que se coloca em questão é a possibilidade de conduzir, intencionalmente, as mudanças que escolhemos inscrever em nossas práticas, a partir dos usos que também escolhemos fazer das tecnologias (MANCEBO, 2009, p. 218).

Nessa perspectiva, percebemos a importância dessas práticas no contexto da formação de professores, pois essa intencionalidade das ações pode desencadear mudanças importantes nos processos de aprendizagem. Além disso, podem contribuir para a formação de leitores críticos diante do volume de informações a que os estudantes estão expostos no contexto da cultura digital (O'REILLY, 2015).

A concepção teórico-metodológica deste projeto de curso parte da premissa de que há uma demanda de formação inicial, que prepare o professor para o uso de tecnologias digitais na escola de maneira crítica e criativa. E de que as práticas pedagógicas dos professores no ensino superior sejam capazes de converter os usos sociais de tecnologia em usos pedagógicos/educacionais. Fullan (1993) destacou que a formação de professores é o maior problema e ao mesmo tempo a maior solução para os problemas da



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



educação, pois não existe uma fórmula certa, não existe um só caminho, uma só metodologia, uma só concepção teórica ou um conjunto de práticas que possam oferecer soluções fáceis.

Hargreaves e Fink (2006) apontam que as mudanças e inovações que são sustentáveis são capazes de reter o melhor do passado e da diversidade de práticas, são resilientes às pressões de ordem política ou institucional, não têm pressa para ver resultados e, por consequência, não desgastam as pessoas envolvidas. Segundo Pischetola (2016), os projetos sustentáveis (com uso de tecnologias digitais) precisam ser construídos com a participação dos atores envolvidos, precisam ter como premissa a percepção da tecnologia como cultura e colocar o foco da formação de professores nas metodologias e não nas técnicas.

Assim como no mundo dos negócios, a sustentabilidade visa alcançar um ambiente sólido, que tenha benefícios a todos os envolvidos. E para que isso aconteça na educação é preciso colocar como objetivo primeiro da inovação a aprendizagem dos estudantes, que ao ser renovada como um compromisso institucional e das ações docentes, podem ter um potencial de relevância, difusão e continuidade que geram a sustentabilidade.

O estudo de Marcelo (2013) apresenta alguns questionamentos importantes para pensar a inovação nas escolas: Por que as mudanças e inovações em escolas têm pouco impacto na melhoria da qualidade da aprendizagem dos alunos? Quais são as razões pelas quais as nossas escolas continuam a funcionar de uma forma que é considerada obsoleta em outros campos sociais e profissionais? Ele aponta que a integração da tecnologia não significa inovação das práticas, pois mostra que 78,7% dos professores consultados utilizam a tecnologia para transmitir conteúdos, como apoio para exposição oral. Marcelo (2013) destaca ainda que, mesmo com processos formativos contínuos, os professores ainda têm dificuldades de modificar as suas práticas com o uso das tecnologias.

O autor indica que o processo de implementação de uma inovação com o uso de tecnologias na sala de aula precisa considerar três dimensões básicas: o profissional que inova, a inovação em si e o contexto no qual a inovação pretende ser implementada. De acordo com Braga, Genro e Leite (2010, p. 35) existem algumas premissas básicas para pensarmos a inovação no contexto da prática pedagógica:

- O conhecimento que fundamenta a ação inovadora não é relativista, mas se constrói no embate, na articulação e/ou na apropriação de outras formas de conhecimento;
- A inovação constitui-se na articulação de racionalidades que vai além da cognitivo-instrumental;
- A inovação é multicultural, aberta a novas configurações de conhecimentos, à tolerância;
- A inovação não é um ente abstrato: toda ruptura surge num contexto que é histórico, que é humano; surge num determinado tempo, lugar e circunstância; na tensão dos espaços micro e macro institucionais; no jogo de forças; nas lutas concorrenciais, nos jogos de poder e conflito entre pessoas – professores, alunos, dirigentes institucionais e outros;
- O protagonismo presente nas formas de inovação mostra as subjetividades presentes, ou seja, amplia a possibilidade de os sujeitos dizerem sua palavra;
- O protagonismo envolve novas configurações de poder, muda as relações entre a base e as decisões centrais, de sala de aula, da universidade, do sistema educativo como um todo;
- A inovação pode envolver um processo de mudança que não é espontânea e surge em determinadas circunstâncias e em um ponto em que o todo e as partes se obrigam a tomar outras direções;
- Não necessariamente, a inovação constitui-se em mudança total – esta vai se dar por meio da ruptura e em patamares diferenciados. Certamente, a ruptura questiona as bases epistemológicas vigentes.

Conforme aponta Pischetola (2016), para criar inovação nas práticas pedagógicas com uso de tecnologias, é necessário ter condições de “sustentabilidade”, ou seja, é importante considerar os elementos do contexto, que incluem a infraestrutura tecnológica, os recursos humanos e a cultura organizacional da instituição. Nesse sentido, as práticas inovadoras dependem muito desse contexto organizacional da instituição, ou seja, um contexto que tenha infraestrutura tecnológica, recursos humanos para apoio ao professor e uma cultura organizacional favorável pode impulsionar os professores a desenvolverem práticas inovadoras com uso de tecnologias.

A descoberta de caminhos fecundos que permitam a produção de mudanças qualitativas e pertinentes nas escolas supõe a possibilidade de fazer dos professores produtores de inovações, articulando, no seu exercício profissional, a produção de mudanças com as dimensões da pesquisa e da formação. A produção de inovações, em cada estabelecimento de ensino, assume, portanto, a forma de um empreendimento de aprendizagem coletiva (CANÁRIO, 2006, p. 19).



Na perspectiva de Canário (2006), a reorganização do currículo precisa articular interativamente as situações de informação, de interação e de produção. “É esta articulação que poderá permitir a evolução do sistema de formação, de uma lógica de repetição de informações para uma lógica de produção de saberes” (CANÁRIO, 2006, p. 77). Mas a realidade é que ainda há um abismo muito grande entre as práticas pedagógicas e o uso de tecnologias nessas práticas. Percebemos, assim, que a chave para entender esse abismo está na formação dos professores. (RIEDNER, 2018).

Para ser um processo permanente, a inovação das práticas precisa partir do professor, pois como alerta o autor, a inovação é encarada como externa à escola, que não é considerada um lugar de criação, mas um terreno de acolhimento. O professor necessita de uma formação, que lhe permita construir alguns conhecimentos básicos e habilidades para a gestão das tecnologias e para compreender a tecnologia como cultura. É na formação inicial que o professor pode ter maiores possibilidades, experiências e práticas que lhe permitam construir conhecimentos e habilidades para o uso das tecnologias digitais na escola. (RIEDNER, 2018).

Para Canário (1987), toda inovação implica em um juízo de valor (quase sempre negativo), com relação às práticas anteriores. Por isso os professores têm dificuldades de lidar com as inovações, pois elas sempre questionam, direta ou indiretamente, as suas práticas. E para o professor é difícil separar a sua atividade profissional de quem ele é, pois a profissão docente é relacional. Sendo assim, as inovações pressupõem mudanças não só das práticas dos professores, mas também de quem eles são, dos seus valores, representações e atitudes. (RIEDNER; PISCHETOLA, 2021).

A inovação das práticas não tem uma fórmula para aplicação, ela depende das características institucionais, curriculares, estruturais, pedagógicas, sociais e culturais do campo específico no qual ela se insere. Nesse sentido, é urgente a reestruturação dos currículos e das práticas de formação de professores, para que sejam alinhadas a um projeto de formação institucional e conectados com as necessidades de formação do contexto social que a universidade atende. Para Kenski (2013),

[...] a nova cultura tecnológica fortalece as condições para que as ações educativas promovidas pela universidade possam sair do seu isolamento e do seu “autismo” e se integrem colaborativamente com as demais instâncias da sociedade e, por mais surpreendentemente que pareça, com as demais áreas, cursos e professores da própria universidade (KENSKI, 2013, p. 75).

Esse cenário demonstra a necessidade de transformação curricular, que seja capaz de unir a potencialidade das tecnologias digitais com os objetivos de desenvolvimento da aprendizagem, pois a partir dessas experiências de formação, os professores podem construir novas percepções sobre o potencial das tecnologias digitais para a aprendizagem.

5.2 Aspectos teóricos metodológicos

Considerando o cenário social, educacional, cultural e tecnológico em que as escolas e os estudantes estão inseridos, essa proposta de formação, tem como prerrogativa o desenvolvimento de práticas pedagógicas que sejam contextualizadas com a necessidade de formação dos professores, para que estes tenham experiências de aprendizagem baseadas na pesquisa, na experimentação, na criatividade, na capacidade de desenvolver soluções inovadoras para os desafios reais que permeiam o trabalho pedagógico no âmbito da educação básica.

A avaliação da aprendizagem no contexto desta proposta de formação docente será baseada na construção colaborativa do conhecimento, na valorização das características individuais de cada estudante e do seu tempo de aprendizagem, no trabalho em equipe, colaborativo e em rede, no desenvolvimento de projetos inovadores que busquem articular os conteúdos curriculares com o desenvolvimento do trabalho pedagógico nos diferentes contextos de atuação docente, na valorização dos diferentes saberes e na criação de experiências de aprendizagem em diferentes ambientes e espaços, sejam presenciais ou virtuais.

Nessa perspectiva, o trabalho docente será ressignificado, na medida em que o professor atua como mediador, gestor e sistematizador de experiências de aprendizagem (MARTÍN-BARBERO, 2005), que valorizem a autonomia e a autoria dos estudantes, bem como o desenvolvimento da criatividade, do pensamento crítico e do trabalho colaborativo. Nessa proposta de formação, o trabalho docente ultrapassará a lógica da transmissão e recepção de informações, se alicerçando na matemática como elemento fundante da sua ação pedagógica.

Ensinar é uma ação que sempre esteve relacionada com a transmissão de saber, mas à medida que a relação entre o professor e o currículo foi sofrendo transformações, esta



representação alusiva ao ato de ensinar tem vindo a alterar-se significativamente, em confronto com outro sentido que consiste em conduzir alguém no sentido de realizar aprendizagens. (GOUVEIA, 2016, p. 28).

Seguindo a dimensão da matemática, o trabalho pedagógico incorpora as dimensões sociais e emocionais, valorizando o feedback, a empatia, o entusiasmo, o estímulo ao pensamento crítico e ao desenvolvimento da criatividade. Nesse sentido, “[...] a ação estratégica do professor pode ser decisiva, pois não é a mera apresentação de conhecimento que provoca a aprendizagem.” (GOUVEIA, 2016, p. 33).

A metodologia do trabalho pedagógico que engloba o planejamento didático e a avaliação da aprendizagem deverá ser pautada nesses princípios que valorizam a autonomia discente e que consideram a construção do conhecimento por meio da experimentação, do trabalho colaborativo, na valorização do erro como parte do processo de aprendizagem, do desenvolvimento de projetos e na participação ativa dos estudantes no percurso formativo.

Para sistematização e organização dos diferentes espaços de aprendizagem (presenciais ou virtuais) os professores, com garantia de sua autonomia didática, serão estimulados e encorajados a trabalharem com diferentes estratégias, abordagens, metodologias e tecnologias digitais, que integradas aos diferentes conteúdos curriculares constituirão a base da formação docente dos estudantes. Listamos a seguir algumas possibilidades didáticas:

- Aula expositiva e dialogada (presencial e/ou online);
- Trabalhos e projetos em grupo (presenciais e online);
- Trabalhos e projetos individuais (presenciais e online);
- Modelos híbridos de aprendizagem: rotação por estações, laboratório rotacional, sala de aula invertida;
- Produção de conteúdos educacionais em diferentes formatos: texto, vídeo, podcasts, infográficos, animações, etc.;
- Projetos de ensino, extensão e inovação;
- Seminários temáticos com participação de professores e gestores da educação básica e pesquisadores da área, sempre que possível;

Essas diferentes estratégias contemplam as particularidades dos estudantes e promovem a autonomia de aprendizagem, a interdisciplinaridade, a flexibilidade curricular, a articulação teórico-prática e a integração ensino-pesquisa-extensão. Além disso, o uso de diferentes metodologias favorece a formação integral e crítica dos estudantes, a concentração, o raciocínio abstrato, o planejamento, o trabalho colaborativo, a criatividade, a reflexão, a avaliação crítica, a capacidade de investigação científica e capacidade de expressão oral e escrita em diferentes espaços, sejam presenciais ou virtuais.

Para o planejamento didático-pedagógico, os professores poderão pesquisar, adaptar, remixar e utilizar Recursos Educacionais Abertos, em diferentes suportes de mídia, visando ofertar diferentes possibilidades de aprendizagem aos estudantes por meio da curadoria de recursos, tais como: artigos científicos, e-books, tutoriais, guias didáticos, vídeos, documentários, vídeoaulas, documentários, podcasts, jogos, simuladores, programas de computador, apps para celular, apresentações, infográficos, filmes, entre outros.

A oferta dos componentes curriculares será realizada de forma presencial e os professores serão estimulados a utilizar Ambientes Virtuais de Aprendizagem, para estenderem as possibilidades de comunicação, compartilhamento, trabalho colaborativo e para usufruir das oportunidades que os Recursos Educacionais Abertos e as tecnologias digitais podem proporcionar para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

O uso do AVA também é importante para a gestão e personalização da aprendizagem pelos professores, além de facilitar a organização didático pedagógica dos conteúdos, recursos e das estratégias de avaliação da aprendizagem. Para os estudantes, o uso do AVA é importante para que habilidades de organização, autonomia e gestão do tempo para plena participação no seu processo de formação.

6. Organização acadêmica na perspectiva dos percursos formativos

6.1 Dimensões do processo formativo

6.1.1 Alinhamento das Propostas Institucionais do curso à BNCC

A atuação do pedagogo vai além da sala de aula e, portanto, a construção do currículo implica na formação mais imersiva e ativa com indivíduos capazes de atuar na sociedade em sintonia com as atuais dinâmicas e práticas sociais. Assim, desenvolver e aperfeiçoar o curso de Pedagogia é também uma forma



das IES envolvidas participarem no cumprimento do Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, com ações voltadas para a formação de professores para a Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Gestão Escolar colaborando para a realização das especificamente das Metas 1, 4, 5, 7, 12 e 15 e das Estratégias 1.8, 1.9, 4.3, 5.6, 7.5, 7.26, 12.4, 15.1, 15.4, 15.5, 15.8 e 15.9; do Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016; e do Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e considerando as ações da Secretaria de Educação Básica (SEB) e da Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação (DIFOR/SEB) para uma melhor integração escola - universidade com vistas à formação de qualidade para os professores da Educação Básica.

A construção do currículo proposto dialoga com as dez competências gerais da BNCC, quais sejam: 1. Conhecimento, 2. Pensamento crítico, científico e criativo, 3. Repertório cultural, 4. Comunicação, 5. Cultura digital, 6. Trabalho e projeto de vida, 7. Argumentação, 8. Autoconhecimento e autocuidado, 9. Empatia e cooperação e 10. Responsabilidade e cidadania. Considera ainda os dois eixos estruturantes propostos para a Educação Infantil: interações e brincadeiras, que dão base aos 6 direitos de aprendizagem e desenvolvimento: 1. Conviver, 2. Brincar, 3. Participar, 4. Explorar, 5. Expressar e 6. Conhecer-se.

O objetivo é que durante a trajetória de formação no curso de Pedagogia os estudantes possam construir uma base substancial de conhecimentos teóricos, práticos e profissionais que lhes possibilite atuar no cotidiano sobre a realidade de cada contexto, considerando as especificidades para apoiar as aprendizagens dos estudantes, oferecendo conhecimentos e experiências sólidas que favoreçam aprendizagens múltiplas de qualidade aos alunos da Educação Básica e que simultaneamente possibilitem a continuidade das aprendizagens docentes ao longo de sua vida profissional.

6.1.2 Alinhamento da Proposta Institucional do curso às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e à Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)

As competências e habilidades a serem desenvolvidas pelo graduando são consonantes com as determinadas pela Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Assim, o Curso de Pedagogia é proposto para o desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais no exercício do magistério, observando o exposto na Portaria Nº 389, de 23 de agosto de 2021, ao destacar que no componente específico da área de Pedagogia Licenciatura, avaliará se o licenciando desenvolveu, no processo de formação, competências para:

I - analisar tanto as políticas educacionais e seus processos de implementação e avaliação como os textos legais relativos à organização da educação nacional;

II - articular as produções teórico-práticas do campo do currículo na elaboração e avaliação de projetos pedagógicos, na organização e na gestão do trabalho educativo escolar e não escolar;

III - planejar, desenvolver e avaliar situações de aprendizagem de crianças, jovens e adultos, observando as dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial;

IV - integrar as abordagens do conhecimento pedagógico que fundamentam o processo educativo na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos, na educação escolar indígena, na educação básica do campo, na educação escolar quilombola, na educação especial, na educação a distância e na educação profissional e tecnológica;

V - propor a utilização de metodologias específicas de ensino aprendizagem para as diferentes áreas, considerando as múltiplas dimensões da formação humana;

VI - planejar, implementar e avaliar projetos educativos, articulando-os à diversidade e as múltiplas relações das esferas social, cultural, ética, estética, científica e tecnológica;

VII - propor intervenções educativas, nos diferentes espaços de atuação do Pedagogo, fundamentadas em conhecimentos filosóficos, antropológicos, sociais, psicológicos, históricos, econômicos, políticos, artísticos e culturais;

VIII - produzir processos investigativos do campo da educação e dos processos de ensino e de aprendizagem, na docência e na gestão escolar e não escolar;

IX - promover, planejar e desenvolver ações visando à gestão educacional democrática nos espaços e sistemas escolares e não escolares;

X - aplicar conhecimentos pedagógicos na elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto político-pedagógico, dos currículos e do planejamento educacional;



XI - desenvolver trabalho didático interdisciplinar, empregando diferentes linguagens e seus códigos, bem como os conhecimentos pertinentes aos primeiros anos de escolarização e às diversas fases do desenvolvimento humano;

XII - compreender e analisar a relação entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, entre outras problemáticas da sociedade contemporânea;

XIII - integrar diferentes conhecimentos e tecnologias de informação e comunicação no planejamento e desenvolvimento de práticas pedagógicas escolares e não escolares.

Além das determinações expostas na Portaria do INEP citada, o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia caminha em consonância com a Resolução 02/2019 CNE-CP, de 20 de dezembro de 2019, que estabelece as competências e habilidades contidas na “Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)”.

6.1.3 Inclusão, pela proposta institucional, do uso pedagógico das tecnologias e "inovação", de forma explícita, bem como de metodologias ativas e empreendedorismo.

O uso das tecnologias digitais tem crescido em diversos contextos educativos e, com isso, aumentado a demanda por uma formação prática-metodológica, crítica, técnica e contextualizada com os diferentes espaços de aprendizagem.

O constante avanço das tecnologias digitais e dos seus usos na educação inseriu professores e estudantes em um contexto permeado por novas formas de ensinar e aprender. Os novos perfis de estudantes tencionam cada vez mais mudanças no trabalho pedagógico dos professores e nos currículos escolares, impulsionando a incorporação de tecnologias digitais nos processos de ensinar e aprender, bem como trazendo novas demandas de formação e inovação pedagógica, pautada na inclusão digital e no uso crítico e criativo das diferentes mídias e tecnologias, para o exercício da cidadania.

O uso das tecnologias digitais na educação implica uma mudança social, cultural e curricular que valoriza um novo tipo de saber e exige conhecimento e domínio de novas habilidades intelectuais e práticas/experienciais. Nessa perspectiva, a formação pedagógica e metodológica precisa viabilizar a transformação dos usos sociais de tecnologias digitais em usos pedagógicos/educacionais. Nesse sentido, destacamos a necessidade de que o currículo da formação inicial, entendido como prática cultural, produtor de sentidos e de significados, possibilite uma formação onde as mídias e as tecnologias digitais sejam compreendidas como artefatos culturais e seus usos como ampliação dos espaços de colaboração, criação, autoria, protagonismo discente/docente e inovação pedagógica.

A inovação das práticas pedagógicas não se restringe ao uso de tecnologias digitais, mas envolve mudanças nas percepções, pois estas são artefatos culturais contemporâneos pela qual os estudantes aprendem de forma autônoma e intuitiva. Deste modo, o processo de ensinar e aprender deve ser ressignificado, a fim de promover situações pelas quais os alunos aprendam junto ao professor na escola, mas também em contato com plataforma e aplicativos, em práticas de auto aprendizado. Isto impulsiona o desenvolvimento de estratégias e metodologias de trabalho pedagógico pautadas na aprendizagem ativa, na autonomia, na colaboração, no exercício da criatividade e no estímulo ao desenvolvimento de projetos, ideias e soluções para resolução de problemas reais que possam trazer soluções práticas e contextualizadas para os diferentes espaços de atuação.

Nessa perspectiva, a proposta de formação estimulará uma atitude empreendedora na aprendizagem, com o propósito de estimular o pensamento crítico, a análise de problemas complexos e a busca por soluções inteligentes para esses problemas. Essas atitudes empreendedoras, baseadas na observação, no exercício da empatia, na experimentação, na proatividade, na valorização do erro como elemento importante da aprendizagem, na validação de ideias e também na possibilidade de mudar a percepção a partir dessa validação, são habilidades extremamente importantes para a formação docente e darão subsídios para o desenvolvimento de uma prática pedagógica contextualizada com o novo cenário social, cultural e tecnológico.

6.1.4 Articulação entre teoria e prática, por meio da residência docente, de estágios, de disciplinas e de práticas, desde o início da formação

A Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Educação, define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC Formação) e estabelece em seu art. 11 parágrafo III a reserva de 800 (oitocentas) horas destinadas à prática pedagógica, sendo que 400 (quatrocentas) horas são para o estágio supervisionado, em situação real de



trabalho em escola, e 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares da base comum e conteúdo específicos, distribuídas ao longo do curso.

O estágio deve ter como objetivo a complementação do ensino e da aprendizagem, proporcionando formação prática, aperfeiçoamento técnico-cultural e científico e de relacionamento humano.

Com o intuito de proporcionar uma formação de qualidade e que o processo de ensino e aprendizagem não seja simplesmente a apreensão de conteúdos isolados e desconexos da realidade, é que esta proposta de formação inicial se organiza a partir da superação da dicotomia entre a teoria e a prática, entendendo-a no processo de formação inicial desde o primeiro semestre do curso.

Visando o desenvolvimento da atuação prática de pedagogos e licenciados, por meio do estágio e disciplinas práticas, promovendo a interdisciplinaridade, o trabalho colaborativo em rede e com ênfase na vivência prática nas instituições escolares e não-escolares, as disciplinas serão constituídas como espaços de compreensão da realidade, conjuntamente às lentes teóricas, consolidando na formação inicial uma relação simultânea e recíproca de autonomia e dependência entre teoria e prática.

Para isso, serão considerados os editais do Programa de Iniciação à Docência (PIBID), Programa Residência Pedagógica, ou similares, para garantir uma imersão nas escolas de Educação Básica, proporcionando atividades de regência de sala de aula e intervenção pedagógica, acompanhadas por um professor da escola com experiência na área de ensino do licenciando e orientada por um docente das instituições.

Os estágios obrigatórios pressupõem atividades pedagógicas efetivadas em um ambiente institucional de trabalho e que se concretizam na relação estabelecida entre um docente experiente e o aluno estagiário, com a mediação de um professor orientador acadêmico.

As disciplinas de Práticas Pedagógicas e com carga horária prática têm como finalidade promover a articulação das diferentes práticas numa perspectiva interdisciplinar, bem como propiciar a iniciação à investigação científica a partir da observação da realidade socioeducacional. Assim, estes componentes curriculares darão ênfase aos procedimentos de observação, reflexão e escrita voltados à compreensão e atuação em situações contextualizadas da realidade educacional.

Portanto, nesta proposta de Curso, um dos objetivos é propiciar desde o início da formação a articulação entre teoria e prática; o estímulo à reflexão sobre o fazer do educador; criação de espaços de reflexão coletiva e sistemática sobre o fenômeno educacional; e a mobilização de conhecimentos de diferentes naturezas e oriundos de diferentes experiências, em diferentes tempos e espaços curriculares.

7 Estrutura Curricular

A proposta formativa do curso de Licenciatura se estrutura a partir de dois Núcleos: Formação Comum e Específica. Estes núcleos devem atender aos três Grupos e às competências gerais e específicas indicadas na Resolução CNE/CP nº02/2019, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

O Núcleo de Formação Comum (NFC) engloba as unidades curriculares que compõem as matrizes curriculares dos quatro cursos de Licenciatura (Pedagogia, Letras-Português, Matemática e Ciências), estruturando o eixo básico da formação docente. O NFC se desenvolve durante todo o percurso do estudante (do primeiro ao último semestre de formação), promovendo as competências fundamentais (conhecimentos, habilidades e atitudes) esperadas do egresso, no que tange aos conteúdos e às práticas pedagógicas.

A estruturação do NFC teve como pressuposto a BNC-Formação. As unidades curriculares que compõem o núcleo foram definidas a partir da organização dos objetivos de aprendizagem construídos para atender às competências gerais e específicas descritas na BNC-Formação. O NFC perpassa os Grupos I e II, sendo constituído por unidades curriculares teórico-práticas, práticas pedagógicas e estágios.

Já o Núcleo de Formação Específica (NFE) é constituído por unidades curriculares específicas de cada área de formação, atendendo tanto às competências gerais e específicas, quanto à preparação do professor para atuar na promoção dos direitos e objetivos de aprendizagem previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para as áreas de conhecimento das licenciaturas propostas. O NFE corresponde ao Grupo II e se propõe a desenvolver domínio pedagógico dos conteúdos específicos de cada área.

7.1 Diferenciais da Estrutura Curricular e de sua operacionalização

A proposta dos cursos é resultado de profunda análise e debate acerca dos desafios educacionais e do marco legal que orienta a formação de professores no Brasil. Foram considerados ainda estudos e



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



reflexões acerca dos sistemas educacionais e das propostas de formação docente em países considerados referência.

Assim, a estrutura curricular dos cursos representa uma nova perspectiva de formação que engloba e promove aspectos fundamentais como a imersão do estudante no ambiente escolar durante todo o curso, diretamente articulada com desenvolvimento do projeto de vida que considera o aprofundamento da reflexão sobre a profissão (conhecimento, prática e engajamento profissional), o envolvimento e a compreensão acerca da importância e dos significados da docência.

Nesta perspectiva, a inserção do estudante no curso pressupõe vivências e reflexões acerca do contexto social, dos valores humanos, da cultura e da realidade escolar de forma integrada e articulada, desenvolvidas a partir de estratégias que envolvem a problematização, a aprendizagem colaborativa, o desenvolvimento de projetos e a resolução de problemas e desafios. Também merecem destaque a abordagem da inovação em educação e a utilização de tecnologias no desenvolvimento de soluções criativas que potencializem e qualifiquem a atuação docente no desenvolvimento da aprendizagem.

Outro diferencial da implementação da proposta formativa apresentada pela rede constituída pela UFMS, UNEMAT e UCB diz respeito à operacionalização das práticas e estágios. Estes componentes curriculares serão os elementos-chave da inserção do estudante na realidade escolar, em cada um dos semestres ao longo do curso.

A realização das práticas pedagógicas e dos estágios obrigatórios contará com o apoio e suporte de um professor da universidade e de um preceptor (professor da educação básica), que realizarão a orientação e a supervisão das atividades práticas realizadas pelo estudante. Cada prática pedagógica tem uma temática que orienta a atuação na escola, e será desenvolvida considerando o envolvimento e a participação da comunidade escolar e da comunidade local.

Nos estágios, os estudantes assumem como foco o trabalho desenvolvido na escola-campo de estágio. O primeiro estágio é destinado à Gestão Escolar, e os demais estágios à regência nas etapas de ensino correspondentes.



7.2 NÚCLEO COMUM DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UNIDADE CURRICULAR	CG 1	CG 2	CG 3	CG 4	CG 5	CG 6	CG 7	CG 8	CG 9	CG 10	CE 1.1	CE 1.2	CE 1.3	CE 1.4	CE 2.1	CE 2.2	CE 2.3	CE 2.4	CE 3.1	CE 3.2	CE 3.3	CE 3.4
1. Projeto de Vida	X		X	X		X	X	X	X	X			X			X			X		X	X
2. Fundamentos da Educação	X	X		X			X		X			X	X	X						X	X	
3. Políticas Públicas, Legislação e Gestão da Educação Básica	X			X		X	X		X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
4. Aprendizagem, Neurociências e Inclusão	X	X		X	X	X	X	X		X		X	X		X	X	X	X		X	X	X
5. Competências e habilidades profissionais	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
6. Metodologias Ativas, Tecnologias Digitais e Relações de Aprendizagem	X	X		X	X	X	X	X		X	X	X	X		X	X	X	X		X	X	
7. Planejamento Pedagógico e Avaliação da Aprendizagem	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X
8. Design Thinking e Desenvolvimento de Projetos Inovadores em Educação	X	X		X	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	x	x	X	X	x	x
9. Educação para as Relações Étnico-Raciais	X	X	X	X	X		X	X	X	X			X		x					X		X
10. Cultura Surda e Libras	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		X	X		X		X	X		X		X
11. Prática Pedagógica: gestão escolar, relação escola e comunidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
12. Prática Pedagógica: direitos humanos, transformação social e cidadania	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
13. Prática Pedagógica: educação, empreendedorismo e sustentabilidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Prática Pedagógica: educação especial, diversidade e inclusão	X	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
14. Prática Pedagógica: tecnologias digitais e inovação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
15. Estágio Supervisionado em Gestão Escolar	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
16. Estágio Supervisionado em Regência (I e II)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
REITORIA





7.2.1 COMPETÊNCIAS GERAIS:

CG1. Compreender e utilizar os conhecimentos historicamente construídos para poder ensinar a realidade com engajamento na aprendizagem do estudante e na sua própria aprendizagem colaborando para a construção de uma sociedade livre, justa, democrática e inclusiva.

CG2. Pesquisar, investigar, refletir, realizar a análise crítica, usar a criatividade e buscar soluções tecnológicas para selecionar, organizar e planejar práticas pedagógicas desafiadoras, coerentes e significativas.

CG3. Valorizar e incentivar as diversas manifestações artísticas e culturais, tanto locais quanto mundiais, e a participação em práticas diversificadas da produção artístico-cultural para que o estudante possa ampliar seu repertório cultural.

CG4. Utilizar diferentes linguagens - verbal, corporal, visual, sonora e digital - para se expressar e fazer com que o estudante amplie seu modelo de expressão ao partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos, produzindo sentidos que levem ao entendimento mútuo.

CG5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas docentes, como recurso pedagógico e como ferramenta de formação, para comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e potencializar as aprendizagens.

CG6. Valorizar a formação permanente para o exercício profissional, buscar atualização na sua área e afins, apropriar-se de novos conhecimentos e experiências que lhe possibilitem aperfeiçoamento profissional e eficácia e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

CG7. Desenvolver argumentos com base em fatos, dados e informações científicas para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns, que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental, o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

CG8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.

CG9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, para promover ambiente colaborativo nos locais de aprendizagem.

CG10. Agir e incentivar, pessoal e coletivamente, com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência, a abertura a diferentes opiniões e concepções pedagógicas, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários, para que o ambiente de aprendizagem possa refletir esses valores.

7.3 COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

Conhecimento Profissional

CE1.1 Dominar os objetos de conhecimento e saber como ensiná-los.

CE1.2 Demonstrar conhecimento sobre os estudantes e como eles aprendem.

CE1.3 Reconhecer os contextos.

CE1.4 Conhecer a estrutura e a governança dos sistemas educacionais.

Prática profissional

CE2.1 Planejar as ações de ensino que resultem em efetivas aprendizagens.

CE2.2 Criar e saber gerir ambientes.

CE2.3 Avaliar o desenvolvimento do educando, a aprendizagem e o ensino.

CE2.4 Conduzir as práticas pedagógicas dos objetos conhecimento, competências e habilidades.

Engajamento Profissional

CE3.1 Comprometer-se com o próprio desenvolvimento profissional.

CE3.2 Comprometer-se com a aprendizagem dos estudantes e colocar em prática o princípio de que todos são capazes de aprender.

CE3.3 Participar do Projeto Pedagógico da escola e da construção dos valores democráticos.

CE3.4 Engajar-se profissionalmente, com as famílias e com a comunidade.



7.4. Componentes Curriculares do Núcleo Comum da Formação de Professores

QUADRO 1 - COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO COMUM DE FORMAÇÃO

COMPONENTES CURRICULARES	CH	UC	FASE
Projeto de vida	60	NC 1	1
Fundamentos da Educação	60	NC 2	1
Filosofia, Ética e Política	60	NC 2	1
Políticas Públicas da Educação	60	NC 3	1
Legislação e Organização da Educação Brasileira	60	NC 3	4
Teorias do Desenvolvimento e da Aprendizagem	60	NC 4	2
Metodologia de Pesquisa em Educação	60	NC 4	Eletiva
Psicologia da Educação I	60	NC 4	1
Psicologia da Educação II	60	NC 4	3
Afetividade no Processo de Ensino e Aprendizagem	60	NC 4	Eletiva
Práticas de Leitura, Produção e Análise de Textos	60	NC 4	1
Educação Integral e em Tempo Integral	60	NC 4	2
Metodologia de Pesquisa I	60	NC 6	4
Onde se Lê Metodologias da Pesquisa II, Leia se Trabalho de Conclusão de Curso I	60	NC 6	7
Onde se Lê Metodologias da Pesquisa III, Leia se Trabalho de Conclusão de Curso II	60	NC 6	8
Metodologias Ativas e Inovação nas Práticas Pedagógicas	60	NC 6	5
Educação e as Tecnologias da Informação e Comunicação	30	NC 6	2
<i>Design thinking</i> e desenvolvimento de projetos inovadores em Educação	30	NC 8	6
Educação para as Relações Étnico-Raciais	60	NC 9	4
Língua Brasileira de Sinais	60	NC 10	3
Gestão Escolar, Relação Escola e Comunidade	60	NC 11	4
Prática Pedagógica: direitos humanos, transformação social e cidadania	60	NC 12	7
Empreendedorismo, Educação e Inovação	60	NC 13	4
Prática Pedagógica: Educação, Empreendedorismo e Sustentabilidade	60	NC 13	Eletivas
Educação Especial, Diversidade e Inclusão	60	NC 14	2
Estágio Supervisionado em Gestão Escolar	90	NC 16	5
Estágio Curricular Supervisionado I – Na Educação Infantil – Creche – Maternal – Pré-Escola (observação Intervenção)	120	NC 17	6
Estágio Curricular Supervisionado II – No Ensino Fundamental – Alfabetização (1º e 3º anos) (Observação Intervenção)	120	NC 17	7



Estágio Curricular Supervisionado III – No Ensino Fundamental – Segundo Ciclo (4º e 5º ano) (Observação Intervenção)	120	NC 17	8
--	-----	-------	---

Legenda: UC – Unidades Curriculares; Fase – período letivo do curso. [conferir]

8. NÚCLEOS DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

ESTRUTURA CURRICULAR ESPECÍFICA – PEDAGOGIA

UCs Grupo 1 – EDUCAÇÃO E APRENDIZAGENS NOS DIFERENTES ESPAÇOS DE ATUAÇÃO PEDAGÓGICA

- 1.1 Cuidar e Educar na Educação Infantil
- 1.2 Alfabetização, Letramento, Linguagens e Códigos
- 1.3 Múltiplas inteligências: diversidade cognitiva e potencialidades
- 1.4 Andragogia e Educação de Jovens e Adultos
- 1.5 Educação, Multiculturalidade e Interculturalidade

UCs Grupo 2 – ÁREAS ESPECÍFICAS DE ATUAÇÃO PEDAGÓGICA

- 2.1 Língua Portuguesa: contextos e estratégias de ensino e aprendizagem
- 2.2 Ciências Naturais: contextos e estratégias de ensino e aprendizagem
- 2.3 Matemática: contextos e estratégias de ensino e aprendizagem
- 2.4 Geografia: contextos e estratégias de ensino e aprendizagem
- 2.5 História: contextos e estratégias de ensino e aprendizagem

UCs Grupo 3 – EDUCAÇÃO, CURRÍCULO E LINGUAGENS

- 3.1 Currículo Escolar, BNCC e Inovação Pedagógica
- 3.2 Cultura Digital, Mídias e Aprendizagem criativa
- 3.3 Educação Midiática e Educomunicação
- 3.4 Educação e ludicidade: musicalização, artes visuais e cênicas
- 3.5 Jogos, Brinquedos, Brincadeiras, Corpo e Movimento

UCs Grupo 4 - GESTÃO, EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

- 4.1 História da Pedagogia e Campos de Intervenção
- 4.2 Pedagogia Empresarial e Organizacional
- 4.3 Gestão Educacional: Direção e Coordenação Pedagógica
- 4.4 Educação Científica e Tecnológica
- 4.5 Projeto de Intervenção/Trabalho de Conclusão de Curso

8.1. Componentes Curriculares do Núcleo de Formação Específica

QUADRO 2 - COMPONENTES CURRICULARES DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO ESPECÍFICA

COMPONENTES CURRICULARES	CH	UC	FASE
Didática I	60	1.1	2
Didática II	60	1.1	3
Didática III	60	1.1	7
Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil I	60	1.1	2
Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil II	60	1.1	3
Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização e Letramento I	60	1.2	4
Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização e Letramento	60	1.2	5



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



II			
Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos	60	1.4	7
Literatura e Educação Literária	60	2.1	2
Metodologia da Língua Portuguesa: Contextos e Estratégias de Ensino e Aprendizagem	60	2.1	5
Metodologia das Ciências Naturais: Contextos e Estratégias de Ensino e Aprendizagem	60	2.2	6
Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Matemática: Contextos e Estratégias de Ensino e Aprendizagem I	60	2.3	3
Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Matemática: Contextos e Estratégias de Ensino e Aprendizagem II	60	2.3	5
Metodologia da Geografia: Contextos e Estratégias de Ensino e Aprendizagem	60	2.4	6
Metodologia de História: Contextos e Estratégias de Ensino e Aprendizagem		2.5	6
Cultura, Escolas e Currículo	60	3.1	3
Ludicidade, Jogos e Brincadeiras	60	3.4	2
História da Educação de Mato Grosso	60	4.1	5
História Geral da Educação	60	4.1	1
Pedagogia em Ambientes Não Escolares	60	4.2	1
Pedagogia Empresarial, Organizacional e Social	60	4.2	3

8.2 Matriz Curricular por fases

COMPONENTES CURRICULARES – 1ª Fase	CARGA HORÁRIA			
	T	P	EAD	Total
FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO	45	15	15	60
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO I	45	15	15	60
HISTÓRIA GERAL DA EDUCAÇÃO	45	15	15	60
PROJETO DE VIDA	30	30	15	60
PRÁTICAS DE LEITURA, PRODUÇÃO E ANÁLISE DE TEXTOS	30	30	15	60
FILOSOFIA, ÉTICA E POLÍTICA	45	15	15	60
PEDAGOGIA EM AMBIENTES NÃO ESCOLARES	45	15	15	60
TOTAL				420

Legenda: Créditos Teóricos (T) e Práticos (P); carga horária a distância (EAD)

COMPONENTES CURRICULARES – 2ª Fase	CARGA HORÁRIA			
	T	P	EAD	Total
TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO E DA APRENDIZAGEM	45	15	15	60
EDUCAÇÃO E AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	15	15	15	30



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



DIDÁTICA I	45	15	15	60
LUDICIDADE, JOGOS E BRINCADEIRAS	45	15	15	60
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL I	45	15	15	60
EDUCAÇÃO ESPECIAL, DIVERSIDADE E INCLUSÃO	45	15	15	60
LITERATURA E EDUCAÇÃO LITERÁRIA	45	15	15	60
EDUCAÇÃO INTEGRAL E EM TEMPO INTEGRAL	45	15	15	60
TOTAL				450

Legenda: Créditos Teóricos (T) e Práticos (P); carga horária a distância (EAD)

COMPONENTES CURRICULARES – 3ª Fase	CARGA HORÁRIA			
	T	P	EAD	Total
PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO II	45	15	15	60
DIDÁTICA II	45	15	15	60
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA MATEMÁTICA: CONTEXTOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM I	30	30	15	60
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL II	30	30	15	60
CULTURA, ESCOLA E CURRÍCULO	45	15	15	60
LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS – LIBRAS	45	15	15	60
PEDAGOGIA EMPRESARIAL, ORGANIZACIONAL E SOCIAL	45	15	15	60
TOTAL				420

Legenda: Créditos Teóricos (T) e Práticos (P); carga horária a distância (EAD)

COMPONENTES CURRICULARES – 4ª Fase	CARGA HORÁRIA			
	T	P	EAD	Total
CULTURA, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS	45	15	15	60
GESTÃO ESCOLAR, RELAÇÃO ESCOLA E COMUNIDADE	45	15	15	60
METODOLOGIA DE PESQUISA I	45	15	15	60
EMPREENDEDORISMO, EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO	45	15	15	60
LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	45	15	15	60
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO I	45	15	15	60
				360

Legenda: Créditos Teóricos (T) e Práticos (P); carga horária a distância (EAD)



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



COMPONENTES CURRICULARES – 5ª Fase	CARGA HORÁRIA			
	T	P	EAD	Total
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO EM GESTÃO ESCOLAR	45	45	0	90
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO	45	15	15	60
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA MATEMÁTICA: CONTEXTOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM II	30	30	15	60
METODOLOGIAS ATIVAS E INOVAÇÃO NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS	30	30	15	60
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO II	30	30	15	60
METODOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA: CONTEXTOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	30	30	15	60
TOTAL				390

Legenda: Créditos Teóricos (T) e Práticos (P); carga horária a distância (EAD)

COMPONENTES CURRICULARES – 6ª Fase	CARGA HORÁRIA			
	T	P	EAD	Total
METODOLOGIA DA GEOGRAFIA: CONTEXTOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	30	30	15	60
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO I – NA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE - MATERNAL - PRÉ-ESCOLA (OBSERVAÇÃO INTERVENÇÃO)	60	60	0	120
METODOLOGIA DAS CIÊNCIAS NATURAIS: CONTEXTOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	30	30	15	60
POLÍTICAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO	45	15	15	60
METODOLOGIA DE HISTÓRIA: CONTEXTOS E ESTRATÉGIAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM	30	30	15	60
LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO PEDAGÓGICA I -DESIGN THINKING E DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS INOVADORES EM EDUCAÇÃO	15	15	15	30
TOTAL				390

Legenda: Créditos Teóricos (T) e Práticos (P); carga horária a distância (EAD)

COMPONENTES CURRICULARES – 7ª Fase	CARGA HORÁRIA			
	T	P	EAD	Total
DIDÁTICA III	45	15	15	60
ONDE SE LÊ METODOLOGIAS DA PESQUISA II, LEIA SE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	30	30	15	60
PRÁTICA PEDAGÓGICA: DIREITOS HUMANOS, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E CIDADANIA	45	15	15	60
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO II- NO ENSINO FUNDAMENTAL - ALFABETIZAÇÃO (1º E 3º ANO) (OBSERVAÇÃO INTERVENÇÃO)	60	60	0	120
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	45	15	15	60



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



Total				360
--------------	--	--	--	------------

Legenda: Créditos Teóricos (T) e Práticos (P); carga horária a distância (EAD)

COMPONENTES CURRICULARES – 8ª Fase	CARGA HORÁRIA			
	T	P	EAD	Total
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO III - NO ENSINO FUNDAMENTAL - SEGUNDO CICLO (4º E 5º ANO) (OBSERVAÇÃO INTERVENÇÃO)	60	60	0	120
ONDE SE LÊ METODOLOGIAS DA PESQUISA III, LEIA SE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	45	15	15	60
Total				180

Legenda: Créditos Teóricos (T) e Práticos (P); carga horária a distância (EAD)

COMPONENTES CURRICULARES LIVRES	CARGA HORÁRIA			
	T	P	EAD	Total
METODOLOGIA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO	45	15	15	60
AFETIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	45	15	15	60
PRÁTICA PEDAGÓGICA: EDUCAÇÃO, EMPREENDEDORISMO E SUSTENTABILIDADE	45	15	15	60
Total				180

Legenda: Créditos Teóricos (T) e Práticos (P); carga horária a distância (EAD)

9. ELEMENTOS DO CURRÍCULO

9.1 Prática como componente curricular

Definida na Resolução CNE/CP Nº 2/2019, as Práticas Pedagógicas representam momento singular e fundamental de imersão do estudante na realidade escolar. Nesta proposta curricular as práticas pedagógicas são desenvolvidas a partir de temáticas específicas e buscam promover atividades que envolvam a comunidade escolar e a comunidade local.

Desta forma, as práticas pedagógicas se desenvolvem a partir de situações didáticas e do cotidiano educacional, onde os licenciandos problematizam e aplicam os conhecimentos que aprenderam, ao mesmo tempo em que mobilizam outros, ampliando suas competências profissionais em diferentes tempos e espaços curriculares.

Presente desde o início da formação, as práticas pedagógicas se constituem como espaços de consolidação de conhecimento e análise de situações pedagógicas, promovendo vivências que qualificam e fortalecem as dimensões da docência, criando espaços de reflexão acerca da formação da identidade docente.

9.2 Estágio Curricular

O Estágio Curricular ocupa um lugar de destaque ao se pensar a organização e o funcionamento curriculares, pois é o lugar em que os conflitos e contradições de ordem educativa, social e política, emergem. Mas, é, também, o espaço-tempo de articulação entre teorias apreendidas e aprendidas na universidade, o cotidiano pedagógico das instituições escolares e os projetos e utopias de construção de uma sociedade justa em que as diferenças estejam presentes; de articulação entre o saber da área de conhecimento e o saber pedagógico.



Neste sentido, o Estágio Curricular Supervisionado, de caráter obrigatório, com carga horária total de **Onde se Lê 400 horas leia se 450h**, é caracterizado pelo exercício da profissão *in loco*. A presença do(a) estagiário(a) em ambientes escolares visa propiciar momentos de observação, coparticipação e atuação efetiva nos processos educativos, conhecendo assim, a dinâmica das relações estabelecidas, desenvolvendo as competências e habilidades necessárias para o exercício da profissão de docente.

Para tanto, os estudantes devem vivenciar situações em que possam discutir os problemas do cotidiano e analisá-los a partir dos referenciais teóricos estudados ao longo do curso, a fim de elaborar estratégias de intervenção que permitam tomadas de decisões adequadas. O Estágio Curricular Supervisionado é um dos espaços em que os estudos teóricos se confrontarão com os aspectos práticos favorecendo o desenvolvimento de uma postura reflexiva que deve caracterizar constantemente o trabalho pedagógico do futuro docente.

Nesse sentido, o estudante deverá estar capacitado para perceber os desafios existentes no cotidiano escolar e tratá-los como objetos de investigação, que requerem uma explicação teórica e, ao mesmo tempo, proposições práticas. Assim, torna-se necessário desenvolver algumas competências para o desenvolvimento do trabalho investigativo. Trata-se de desenvolver uma atitude de constante reflexão sobre a prática pedagógica objetivando compreender e melhorar os processos de ensino e aprendizagem, o desenvolvimento dos (as) estudantes e a sua autonomia na interpretação da realidade em relação aos conhecimentos que constituem seus objetos de ensino e aprendizagem.

O acompanhamento das práticas e atividades é feito pelo professor-supervisor da IES. O professor supervisor da turma orienta seus estudantes em suas necessidades teórico-práticas, no tocante à compreensão das políticas públicas e diretrizes curriculares, às propostas metodológicas, à análise da observação feita, à elaboração de planos de ensino.

Quanto às formas de avaliação, devem-se considerar: 1) a análise dos documentos pertinentes à vida escolar; 2) a apresentação e discussão de planos de aula ou atividades a serem desenvolvidas nas escolas; 3) a apresentação, discussão e avaliação dos procedimentos de observação e das práticas desenvolvidas; 4) a elaboração do Relatório Final.

Os critérios adotados para a avaliação dessas formas são os seguintes no que se referem aos textos escritos: a) domínio de noções teóricas, capacidade de articulá-las e aplicá-las; b) domínio dos métodos e técnicas pedagógicas que permitam a transposição didática dos conhecimentos para o contexto educacional, bem como das diversas tecnologias de informação e comunicação na prática pedagógica; d) clareza, coesão e coerência do texto produzido; c) capacidade de argumentação e de crítica; d) independência intelectual; e) observância dos requisitos exigidos na organização do trabalho pedagógico e do trabalho acadêmico-científico; f) uso da norma padrão do português; e h) pontualidade na entrega dos trabalhos.

Quanto à socialização dos conhecimentos e habilidades desenvolvidas nos Estágios, esta pode ser realizada através de debates, painéis, fóruns, mesas-redondas, entre outros.

9.3 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), previsto na matriz curricular do curso, constitui-se como instrumento importante de ensino e aprendizagem do futuro docente porque possibilita:

- A análise de contexto e situações cotidianas dos ambientes escolares;
- A construção de saberes oriundos dessa análise crítica;
- A compreensão da sua posição de professor-investigador frente a realidade educativa.

Esses aspectos auxiliam o docente a intervir no seu espaço pedagógico considerando as múltiplas relações envolvidas nas diferentes situações com que se depara frente aos seus espaços de atuação.

Essas propostas promovem a reflexão, a partir de situações-problema de observação participante, geradora de diagnósticos e a proposição de estratégias de intervenção que se configuram, efetivamente, como atividades práticas na medida em que o estudante é levado a interagir com a realidade escolar e trazer suas percepções para sua realidade profissional.

Neste sentido, o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um momento de síntese da caminhada construída e um ponto de partida para a Educação Continuada. Neste contexto, a elaboração do TCC, tendo por base a pesquisa empírica, suscitará a construção de um artigo científico, ou monografia, ou a construção de um material didático, ou outro tipo de TCC, o qual deverá ser apresentado e submetido frente à banca examinadora.

Portanto, considera-se imprescindível que os futuros docentes conheçam e se apropriem dos procedimentos de pesquisa, como também aprendam a construir situações didático-pedagógicas que objetivem o aprendizado através da pesquisa e sistematização de conhecimento para com seus alunos.



9.4 Atividades Complementares

As Atividades Complementares (AC) têm como objetivo enriquecer o processo formativo do estudante, por meio da diversificação de experiências, dentro e fora do ambiente universitário, propiciando o aproveitamento de conhecimentos adquiridos pelo estudante, em atividades presenciais ou a distância. Neste sentido, as atividades complementares ampliam o processo de ensino-aprendizagem, privilegiando a complementação da formação social e profissional. O que caracteriza este conjunto de atividades é a flexibilidade de carga horária semanal, com controle do tempo total de dedicação do estudante durante o semestre ou ano letivo, de acordo com o **Onde se lê: Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pela Resolução CNE/CES 18, de 13/03/2002 Leia se: RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006.**

Consideram-se como Atividades Complementares aquelas que tenham cunho acadêmico e que propiciem ao estudante as condições para o desenvolvimento de competências que contribuam para o aprimoramento da formação básica e específica do futuro profissional, bem como a integração com a sociedade e a capacidade de desenvolver ações sociais. São AC:

- Atividades desenvolvidas pelas IES da rede (iniciação científica, participação em programas e projetos de extensão, participação em grupos de estudo, atuação no Programa de Monitoria, participação em atividades de representação estudantil – CAs, Atléticas, DCE, ligas acadêmicas participação em eventos acadêmicos – palestras, oficinas, cursos, entre outros;
- Atividades externas que contribuam para a formação acadêmica (apresentação de trabalhos, publicação científica, exposição em Mostras, cursos de atualização, estágio não-obrigatório, viagem de estudo, atuação voluntária, representação esportiva, entre outros).

O estudante deve procurar a coordenação do curso em sua IES caso tenha dúvidas a respeito da validade da atividade externa que pretende realizar para o cômputo das horas de AC. Na UNEMAT, em consonância com a Resolução 02/2019 – CNE, estas ações não são obrigatórias.

Para validação das horas e lançamento no sistema acadêmico o estudante deve entregar o comprovante e acompanhar o registro das horas na matriz curricular, seguindo as orientações e os prazos definidos institucionalmente. A realização e comprovação das AC como componente curricular obrigatório deve acontecer ao longo do curso, até que se alcance a carga horária prevista na Matriz Curricular.

9.5 Unidades curriculares eletivas

Outra possibilidade de ampliação e diversificação curricular é a realização de unidades curriculares eletivas. Esta possibilidade permite que o estudante construa sua formação em alinhamento com temas de relevância social e cultural, contextualizados com a sua realidade, necessidades e interesses, bem como com os desafios da carreira docente.

Assim, as unidades curriculares eletivas apresentam congruência com a área de formação profissional escolhida, podendo representar aprofundamento ou ampliação de conhecimentos em determinado campo de estudo. O estudante elege a(s) disciplina(s) que possa(m) enriquecer a sua formação acadêmica e profissional.

9.6 Extensão

As universidades pertencentes a esta rede, atentas ao Art. 207 da Constituição (1988), atuam com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Nesta perspectiva, a extensão é definida como um processo educativo interdisciplinar de caráter científico, cultural e social cujo objetivo é promover a interação entre a Universidade e a sociedade com a participação da comunidade acadêmica. Tem como foco aumentar o protagonismo estudantil e a dimensão acadêmica que impacte na formação do estudante.

No que tange à curricularização da extensão nos cursos de formação de professores, em conformidade com Resolução CES/CNE nº 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, e com a meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024, são considerados componentes curriculares de Extensão as práticas acadêmicas que envolvam diretamente as comunidades externas e que estejam vinculadas à formação dos discentes.

9.6.1 Creditação da Extensão

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, cumpre o estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais. Considerando a necessidade de



promover e creditar as práticas de Extensão universitária e garantir as relações multi, inter e ou transdisciplinares e interprofissionais da Universidade e da sociedade, esse PPC se fundamenta no princípio da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, previsto no art. 207 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; na concepção de currículo estabelecida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96); na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014); na Resolução nº 07 de 2018 do Conselho Nacional de Educação e na Política de Extensão e Cultura da Unemat de modo a reconhecer e validar as ações de Extensão institucionalizadas como integrantes da grade curricular do Curso de Licenciatura em Pedagogia.

A Creditação de Extensão é definida como o registro de atividade curricular de Extensão no Histórico Escolar, com escopo na formação dos alunos. Para fim de registro considera-se a Atividade Curricular de Extensão – ACE - a ação extensionista institucionalizada na Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Unemat, nas modalidades de projeto, curso e evento, coordenado por docente ou técnico efetivo com nível superior. As ACEs fazem parte da matriz curricular deste PPC e compõe, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular. Este Curso de Licenciatura em Pedagogia garante ao discente a participação em quaisquer atividades de Extensão, respeitados os eventuais pré-requisitos especificados nas normas pertinentes. O discente deve atuar integrando a equipe no desenvolvimento das atividades curriculares de extensão (ACEs), nas seguintes modalidades:

- I. Em projetos de Extensão, como bolsista ou não, nas atividades vinculadas;
- II. Em cursos, na execução e/ou como ministrantes;
- III. Em eventos, na execução e/ou como palestrante.

As ACEs serão registradas no histórico escolar dos discentes como forma de seu reconhecimento formativo, e deve conter título, nome do coordenador, IES de vinculação, período de realização e a respectiva carga horária.

9.7 Educação Inclusiva e Libras

A Lei Federal 10.436/02, regulamentada pelo Decreto Federal 5.626/05, dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), reconhecendo-a como meio legal de comunicação e expressão e outros meios de expressão a ela associados. Em seu Artigo 4º define que o Sistema Educacional Federal, Estaduais, Municipal e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de formação de professores, o ensino da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) – conforme legislação vigente.

Neste sentido, em atenção ao marco legal que orienta as questões relacionadas à educação inclusiva, considerando ainda a Lei nº 13.146/ 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, a proposta de formação inicial de professores assumida pela UFMS, pela UNEMAT e pela UCB, se caracteriza pelo cuidado no desenvolvimento de competências que permitam a consecução de práticas educativas inclusivas, em toda sua amplitude. Para isso, propõe a desenvolver diferentes iniciativas de promoção da diversidade e da inclusão, dentre as quais pode-se destacar a presença, no Núcleo de Formação Comum, das unidades curriculares obrigatórias: Aprendizagem, Neurociências e Inclusão, LIBRAS e Práticas Pedagógicas: educação e inclusão.

9.8 Conteúdos pertinentes às políticas para educação em direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, educação ambiental

A Resolução CNE/MEC nº 1, de 17 de junho de 2004, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, e a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (EDH).

As observações, recomendações e definições presentes nessas Resoluções, bem como no Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004 orientam as definições curriculares e as políticas institucionais no que tange à Educação das Relações Étnico-raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como as políticas para a Educação dos Direitos Humanos. Neste sentido, institui a obrigatoriedade da inclusão de conteúdos relacionados ao tratamento destas questões, tendo como meta promover a educação de cidadãos atuantes e conscientes na sociedade brasileira, marcadamente multicultural e pluriétnica, buscando relações étnico-sociais positivas para a construção de uma sociedade democrática, justa e igualitária.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



A educação das Relações Étnico-raciais, segundo a Resolução CNE/MEC nº 1/2004 (art. 2º, §1), tem por objetivo “a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira”. Já o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem por objetivo “o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas” (Resolução CNE/MEC nº01/2004, art. 2º §2º).

É pela educação para o atendimento aos Direitos Humanos que alcançaremos uma sociedade melhor e mais justa. A própria Resolução CNE/CP nº 1/2012 afirma que “a Educação em Direitos Humanos emerge como uma forte necessidade capaz de reposicionar os compromissos nacionais com a formação de sujeitos de direitos e de responsabilidades.” Reafirma ainda que tal educação “poderá influenciar a construção e a consolidação da democracia como um processo para o fortalecimento de comunidades e grupos tradicionalmente excluídos dos seus direitos.” Toda a compreensão da EDH se fundamenta nos seguintes princípios: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; sustentabilidade socioambiental.

Nesse contexto, colaborando para a construção de uma sociedade mais justa e mais igual, que vislumbra a diversidade social como uma diferença que nos enriquece, os cursos de licenciatura propostos apresentam, de forma transversal, em diferentes unidades curriculares, conteúdos, habilidades e atitudes que expressam as reflexões e práticas esperadas para a promoção da Educação em Direitos Humanos, para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Esta perspectiva se revela em estudos, vivências, debates, eventos e projetos propostos e desenvolvidos ao longo da formação nos cursos de licenciatura.

Cabe ressaltar que os princípios que orientam a Resolução CNE/CP nº 02/2012 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental) e a Resolução CNE/CP nº 01/2012 (que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos) são princípios norteadores da educação preconizada pelas Universidades que compõem esta rede, assumidos institucionalmente. Dessa forma, as questões relacionadas à formação de uma consciência cidadã, marcada pelo respeito à diversidade, pela defesa dos direitos civis, políticos, sociais, ambientais, econômicos e culturais, na construção de uma sociedade justa e equânime, representam o projeto de formação nestas Universidades, encontrando-se presentes em suas políticas institucionais.

O Decreto nº 4.281/2002, que regulamenta a Lei nº 9.795/1999 (Política Nacional de Educação) e a Resolução CNE/CP nº02, de 15 de junho de 2012 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental), compõe o marco legal específico que orienta a atuação em relação à Educação Ambiental.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº02/2012, art. 3º), a Educação Ambiental “visa à construção de conhecimentos, ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e valores sociais, ao cuidado com a comunidade de vida, a justiça e a equidade socioambiental, e a proteção do meio ambiente natural e construído” e não deve ser implantada como disciplina ou componente curricular específico (art. 8º).

As IES se propõem a abordar as questões e os conteúdos relacionados à Educação Ambiental também são tratados de forma transversal, em diferentes unidades curriculares, perpassando práticas, vivências, projetos e eventos, realizados ao longo de toda formação. Neste sentido, defende-se o estudo e a promoção das relações entre os organismos vivos e o meio ambiente, em defesa das condições de vida e de sobrevivência, questionando os modelos de desenvolvimento, consumo e produção em favor da vida e do planeta.

Por fim, cabe destacar que a Educação Ambiental, a Educação em Direitos Humanos e a Educação das Relações Étnico-raciais são contempladas na proposta educacional também por meio de projetos de pesquisa e extensão, desenvolvido pela IES.

Assim, os conteúdos que suportam esta proposta formativa são trabalhados de forma mais abrangente, tanto no núcleo de formação comum das licenciaturas, quanto no núcleo de formação específica, além de orientar a atuação discente em suas práticas extensionistas e de pesquisa. Ademais, esses conteúdos são também contemplados de maneira transversal por meio da oferta de palestras, mesas-redondas, encontros e eventos culturais ao longo dos semestres.

10. Outras ações de apoio à aprendizagem

10.1 Acessibilidade e Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais



Na perspectiva de atender as demandas educacionais de estudantes com deficiência, a Universidade do Estado de Mato Grosso desenvolve ações que têm por objetivo proporcionar a acessibilidade e a inclusão. O estudante matriculado pode acessar o serviço através da solicitação à coordenação de curso que irá cadastrar a demanda para atendimento específico no Sistema SIGAA - Módulo NEE.

O coordenador do curso faz a solicitação à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) por meio do módulo NEE/SIGAA. Essa demanda será acompanhada por assistente social em diálogo com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEG).

Como estratégias de inclusão, a instituição possibilita a contratação de profissionais intérpretes, letores e escreventes, entre as especialidades, de acordo com as necessidades ou outras condições apresentadas pelos acadêmicos e que precisam de acompanhamento no processo de aprendizagem. No desenvolvimento da atividade docente de ensino na Universidade do Estado de Mato Grosso é garantido o auxílio do intérprete de Libras quando estão presentes estudantes surdos. Os espaços para as aulas e as práticas têm acessibilidade a estudantes cadeirantes e com mobilidade reduzida. A escolha dos materiais didáticos prioriza o baixo custo, o amplo acesso e a maior percepção visual.

Buscando contribuir com o processo educativo, a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis tem realizado ações de sensibilização da comunidade acadêmica, por meio de lives que trazem para a agenda do dia temáticas que envolvem a acessibilidade, inclusão, respeito, apoio e empatia com as pessoas com deficiências, na universidade, no mercado de trabalho e na sociedade.

A educação inclusiva faz parte do grande objetivo do presente projeto de curso tanto no que se refere à inclusão de estudantes no Curso de Graduação, quanto na formação e preparo destes para, como profissionais, atuarem na realidade social sendo agentes da inclusão a partir de práticas e políticas educacionais. Dentro do Curso, a educação inclusiva é um princípio que fundamenta a prática docente no acolhimento de estudantes com deficiência. Mas é também um princípio para que a diferença ganhe espaço e seja positivamente trabalhada considerando que os estudantes aprendem cada um do seu modo, com destaque aos fatores biopsicossociais. Assim, as metodologias de ensino no Curso, suas práticas e seus espaços para a formação dos estudantes priorizam a inclusão de modo amplo, reconhecendo que as diferenças devem ser valorizadas como instrumentos de potencialidades para uma formação que revele as características próprias e suas potencialidades em cada futuro profissional e cidadão.

O conceito e as práticas de educação inclusiva que orientam o presente projeto de curso resultam dos avanços do tema no contexto nacional e internacional, com o qual a educação superior deve manter-se atualizada e em diálogo. Assim, e em cumprimento da legislação, o currículo deste projeto de curso traz a oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras) bem como tem a educação inclusiva como tema transversal tanto nos conteúdos disciplinares quanto nas competências visadas pela formação dos estudantes. Deste modo, a educação inclusiva está presente no processo de ensino universitário, de modo que os estudantes internalizam suas concepções e possam desenvolvê-las quando atuarem na sociedade como profissionais formados e como cidadãos.

10.2 Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação

As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) cada vez mais ganham importância no cenário educacional, seja no ensino a distância, no híbrido, ou em cursos presenciais. As TDICs servem como recursos auxiliares para potencializar/dinamizar os conteúdos apresentados em sala de aula, além de complementar a aquisição de competências e habilidades do licenciando.

Nesse sentido, o desenvolvimento dos componentes curriculares neste curso deverá integrar métodos e práticas de ensino e aprendizagem centrados em recursos/tecnologias digitais abertas para atingir objetivos pedagógicos, bem como prever reuniões presenciais e atividades de tutoria.

Entre tantas ferramentas de suporte, a Universidade do Estado de Mato Grosso viabiliza políticas internas para a disponibilidade dos recursos humanos e tecnológicos para a efetivação da modalidade a distância.

As ferramentas disponibilizadas pelo SIGAA são o principal recurso tecnológico para as interações dos participantes (acadêmicos, monitores, docentes, coordenador de curso e equipe gestora) nas disciplinas do curso. Por meio do ambiente virtual de aprendizagem, disponibilizado no SIGAA, o docente pode organizar seu material didático-pedagógico, utilizando as diversas ferramentas do ambiente para diferentes atividades da sua disciplina. Tais ferramentas possibilitam que os professores criem tarefas, questionários, fóruns, enquetes, notícias e iniciem instantaneamente debates com a turma. Além disso, os professores podem ver rapidamente quem concluiu ou não um trabalho, dar feedback direto e em tempo real e atribuir notas. Os discentes, por sua vez, podem compartilhar reflexões entre eles e interagir no mural da turma ou



por e-mail, receber avisos via e-mail de atividades postadas e que estão próximas da data de entrega. Ao postar uma atividade e/ou avaliação, o professor pode anexar itens à sua postagem, como imagens, arquivos, itens do Google Drive, vídeos do YouTube ou links de forma rápida e dinâmica.

Todos os recursos e materiais disponibilizados pelos professores em suas disciplinas poderão ser acessados a qualquer hora e lugar. O acesso pode ser feito por meio de computadores pessoais ou da instituição, assim como diretamente do smartphone, ao acessar o SIGAA. Aulas síncronas e encontros de orientações podem ser realizados pelo *Google meet*, visto que a Universidade do Estado de Mato Grosso adquiriu assinatura ilimitada de todos os recursos da Google, bem como espaço ilimitado de armazenamento no Google Drive. Para ter acesso a todos esses serviços de forma ilimitada, basta que alunos e professores utilizem seus respectivos e-mails institucionais. O registro da carga horária executada a distância em cada disciplina será feito com base no histórico das salas de aulas criadas pelos professores. Estes Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), os quais englobam várias tecnologias em um único local, facilitam a comunicação, a postagem de materiais e o controle de atividades dos alunos.

11 Ingresso e Permanência

A UNEMAT adota algumas formas de ocupação de vagas:

1. Processo de seleção dos candidatos para a ocupação de vagas utilizando-se a nota de desempenho do ENEM;
2. Processo seletivo por vestibular próprio, especialmente quando as vagas são para atender a uma política específica, como esta de formação de professores em serviço.
3. Processo de ocupação de vagas remanescentes, por seleção própria.

Ocorrerá também um processo de seleção específico diante da necessidade de o candidato firmar compromisso com a realização de 1 (um) ano de residência docente na rede pública de ensino com recebimento de bolsa conforme rege o item b do artigo 5.3 do Edital nº35, de 21 de junho de 2021 publicado no Diário Oficial da União em 22/06/2021 e de garantir uma prioridade ao atendimento de professores sem qualificação adequada.

Os acadêmicos podem contar com apoio para sua permanência ao longo do curso por meio do acesso e seleção em editais de fomento financeiro de bolsas viabilizadas pelas Pró-Reitorias de Ensino de Graduação (PROEG), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e Pró-Reitoria de Administração (PRAD).

A PROEG disponibiliza bolsas para estudantes dos cursos de graduação, via o Programa Formação de Células Cooperativas (FOCCO), Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Residência Pedagógica (RP) entre outros. A PRPPG oferta bolsas pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC e pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PROBIC). A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – PROEC - oferece Bolsa Extensão; Bolsa Cultura; e Bolsa Esporte. Já a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE - concede Bolsa Apoio ao Estudante, sendo esta destinada a prestar assistência estudantil aos discentes de baixa renda devidamente matriculados nos cursos da UNEMAT; e Bolsa Auxílio Alimentação e Moradia para discentes com comprovada vulnerabilidade socioeconômica. Já PRAD possibilita a participação em Bolsa Estagiário. Todas estas bolsas visam melhor integração do discente ao meio acadêmico, maior qualidade do processo de ensino-aprendizagem que eleva suas possibilidades de conclusão de curso e maior oportunidade socioeconômica para a sua manutenção financeira durante o período de formação acadêmica.

Os discentes também recebem apoio pedagógico durante a graduação, estabelecidos por professores e pela coordenação de curso, como orientações para o cumprimento das sequências didáticas de disciplinas para a conclusão do curso; resolução de problemas; orientação para os estágios, TCC's, participação em projetos, participação em eventos, e demais assuntos que beneficiam intelectualmente o discente durante o seu percurso acadêmico.

Os acadêmicos serão orientados e supervisionados pelo Coordenador de Curso, visando identificar as demandas destes de modo a garantir sua permanência no curso até a conclusão. Relatórios semestrais parciais constituirão o relatório anual, pelo qual será o meio de acompanhamento por parte da Pró-Reitoria de Ensino e Graduação-PROEG sobre o desenvolvimento dos acadêmicos e aplicação do PPC do curso. Este relatório emitido por cada Coordenação de Curso auxiliará a PROEG na confecção do relatório a ser enviado à Diretoria de Formação Docente e Valorização de Profissionais da Educação (DIFOR/SEB) vinculada à Secretaria de Educação Básica (SEB) do Ministério da Educação.

11.1 Avaliação e acompanhamento do monitoramento de permanência



Cabe ao Coordenador de Curso o acompanhamento de seus acadêmicos, orientando-os quanto a importância do curso escolhido para o seu desenvolvimento social do espaço que ocupa em todas as suas vertentes. O processo de orientação pedagógica por parte do Coordenador de Curso deve contemplar desde o processo de matrícula, desenvolvimento dos componentes curriculares e resultado final semestral, de modo que o Coordenador de Curso possa desenvolver estratégias conjuntas com os docentes para garantir o pleno desenvolvimento dos acadêmicos e assim evitar a sua evasão.

Mais do que avaliar números de aprovação, reprovação e evasão, deve conhecer a realidade dos acadêmicos, reconhecendo-se que as desigualdades estão também dentro da Universidade e demandam de um atendimento particular e direcionado para os números de reprovação e evasão sejam mínimos e tenham plenas condições de se transformar no resultado almejado, a conclusão do curso de graduação.

12 Especificidades da formação acadêmica

12.1 Articulação com a Pós-Graduação

A UNEMAT conta com 24 (vinte e quatro) programas de pós-graduação *Strictu Sensu* aprovados pelas Capes, em seu conjunto esses programas contemplam 28 cursos de pós-graduação *Strictu Sensu*, sendo 21 (vinte e um) mestrados (11 Mestrados acadêmicos, 01 mestrado profissional e 09 mestrados profissionais em rede), bem como 07 doutorados, sendo 04 doutorados acadêmicos institucionais e 03 doutorados acadêmicos em rede.

A pesquisa faz parte do tripé que sustenta a IES. Todos os programas de pós-graduação, além da relação intrinsecamente ligada à pesquisa, também possuem em maior ou menor dimensão o foco no ensino e na extensão. Todavia, destacam-se aqui os cursos de Mestrado Acadêmico em Educação implantado em 2010 no município de Cáceres como objetivos de formar profissionais qualificados para o campo da educação que desenvolvam atividades de pesquisa relacionadas à formação de professores, políticas educacionais, práticas pedagógicas e diversidade, bem como atividades de ensino que se traduzem em mecanismos de intervenção em diferentes espaços educativos e a produção e divulgação de conhecimentos na área da educação tendo como elemento de articulação as pesquisas desenvolvidas por alunos e professores do Programa.5555l

Outro programa de Mestrado que merece destaque aqui é o de Educação Inclusiva em Rede Nacional que almeja oferecer primordialmente formação continuada e em serviço para professores do ensino fundamental e médio, profissionais do atendimento educacional especializado (AEE) ou profissionais em situações equivalentes e demais profissionais com vínculo na educação básica e superior, e também aos gestores para que aprimorem seu repertório de conhecimentos e saberes, podendo promover o desenvolvimento em contextos educacionais, garantindo uma educação inclusiva, com o intuito de contribuir para a melhoria da qualidade da educação no País.

E por fim, mas não menos importante, destaca-se o Programa de Mestrado Profissional em Letras, ofertado no campus de Cáceres e de Sinop, que é um programa em Rede com várias universidades do Brasil, sendo sediado na UFRN e destinado à formação de professores em atuação nas escolas de Educação Básica.

Esse conjunto de Programas de Pós-graduação garantem que neste curso seus objetivos sejam atendidos em sua totalidade através da pesquisa continuada, aplicada e integrada, visto que todos os docentes da instituição que atuam na pós-graduação também atuam no ensino de graduação.

12.2 Outras informações

Os cursos de formação propostos pela Rede UFMS-UNEMAT-UCB terão a particularidade de oferecimento, gestão e desenvolvimento, como dito e aqui reforçado, em Rede. Esta característica bastante específica, somada aos esforços verdadeiramente colaborativos aplicados na construção das três propostas institucionais e na redação de todos os projetos de curso, trouxe à proposta como um todo um caráter unificador que considera, também, as particularidades regionais, culturais, sociais, econômicas e institucionais da sede e dos núcleos.

A parte comum a todos os cursos se mantém comum mesmo ao se considerar diferentes IES. Este fato, acreditamos, poderá estimular o trânsito interinstitucional de discentes, uma vez que pretende-se manter uma diferença entre cargas horárias em uma mesma disciplina, considerando duas IES diferentes da Rede, não superior a 25% da carga horária total naquela disciplina, como forma de possibilitar o aproveitamento de carga horária de forma mais automática.



13. Condições estruturais para oferta do curso

13.1 Recursos Humanos

A UNEMAT, desde a sua fundação em 1978, sempre promoveu ações de formação continuada de seu corpo docente, pois reconhece que é através dele que a Universidade se constituiu em um espaço de construção do conhecimento.

Reconhecendo as especificidades do presente projeto, cujos objetivos estão alinhados com instrumentos legais recentes (Resolução CNE/CP nº2, de 20/12/2019; Lei nº 13.005, de junho de 2014) como meio de garantir que os objetivos sejam de fato atendidos os docentes que irão atuar no curso que aqui se propõe deverão passar por uma formação específica prévia, de modo a também prepará-los e assim permitir que o presente curso também contribua com o aprimoramento dos cursos de licenciatura já existentes na instituição.

Resultante da política de investimento na qualificação dos servidores técnico-administrativos (858) e docentes (1518), para atender a demanda de um estado-continente, a UNEMAT apresenta um quadro de docentes, com 586 doutores, 571 mestres e 253 graduados (anúário 2020 base de 2019). A UNEMAT conta atualmente com mais de 160 grupos de pesquisas certificados pelo CNPq, além de 27 Núcleos e 15 Centros de Ensino, Pesquisa e Extensão. Todos esses são constituídos por professores-pesquisadores-extensionistas e alunos bolsistas nas áreas de Letras, Linguística e Artes, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Humanas e Sociais, Engenharias e Tecnologias e Ciências Exatas e da Terra, cuja investigação se assenta sobre questões de relevância para a construção do conhecimento científico, visando contribuir com o desenvolvimento regional e nacional, com apresentação de alternativas que possam interferir positivamente na sociedade mato-grossense.

A Universidade do Estado de Mato Grosso vem, nos últimos anos, intensificando também esforços para a consolidação dos programas de pós-graduação stricto sensu, contribuindo com a formação de recursos humanos em níveis de Mestrado e doutorado, prevista no Plano Nacional de pesquisa e pós-graduação – PNPQ 2010-2020 – CAPES, ação prevista também no plano Estadual de Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso.

13.2 Recursos Materiais e Auxílio Financeiro para as saídas para a prática

A UNEMAT oferta o Auxílio Financeiro para a Participação em Eventos (Resolução nº 004/2012-CONSUNI), que destina-se exclusivamente a apoiar a participação de discentes de graduação da Unemat, que pretendem publicar e/ou apresentar trabalhos em eventos técnico-científicos, que não estejam previstos como atividade obrigatória da modalidade de bolsa, e de representantes de entidades estudantis dos cursos de graduação presencial em eventos fora da Unemat, em atividades de intercâmbio didático-científico e político-acadêmico de abrangência regional e nacional, em localidades distintas do Campus de origem do seu curso.

Todos os acadêmicos também possuem um seguro acadêmico contratado pela UNEMAT que visa assegurar o bem-estar dos discentes, em relação aos riscos das atividades laboratoriais, de estágio e de atividades acadêmicas que ocorram dentro e fora das dependências desta universidade.

13.3. Recursos de infraestrutura

A UNEMAT conta com uma infraestrutura de 13 (treze) Câmpus, mais dois Campi avançados e 17 (dezessete) Núcleos Pedagógicos distribuídos em toda extensão do estado de Mato Grosso, contando ainda com 27 (vinte e sete) polos pedagógicos de Educação à Distância. No que tange aos cursos de graduação a UNEMAT oferta 60 (sessenta) cursos presenciais e mais 129 cursos em modalidade diferenciadas.

Todos os Câmpus e Núcleos dispõem de infraestrutura específica e geral. A infraestrutura geral contempla as salas de aulas com capacidade compatível para o número de vagas ofertadas, que na maioria dos cursos é de 40 (quarenta) acadêmicos, todas com o mobiliário específico para os discentes e a atuação docente (quadro e equipamento de mídia).

Caso algum município que for ofertar o curso não esteja na relação de núcleos e polos, terá que organizar as condições de estrutura como: espaço para funcionamento, internet, pessoal administrativo para atendimento.

O laboratório de informática é um espaço que se tornou de oferta geral aos cursos de graduação, tornando-se cada vez mais um espaço de valor aos cursos diante do momento atual, em que a tecnologia



tornou-se uma ferramenta fundamental para o processo de ensino-aprendizagem e de garantia da continuidade das atividades de ensino.

13.4 Laboratórios e salas especiais (se houver)

A UNEMAT consta com uma infraestrutura física diversificada em cada um de seus campi, que atendem as especificidades dos cursos de graduação ofertados.

As instalações físicas que acomodam essa estrutura foram planejadas, construídas e ampliadas conforme a necessidade do processo de expansão das atividades da Universidade, seja na diversificação de atividades, inovação, ou, ainda, na ampliação da sua área de abrangência. A UNEMAT dispõe, em seus diferentes campi, de espaços esportivos, que contemplam diferentes modalidades esportivas para utilização da comunidade acadêmica em horários de lazer e nas aulas de educação física ou demais atividades que exijam espaços amplos.

Os campi universitários possuem estruturas físicas diversificadas. Possuem uma coordenação regional, que organiza todas as ações de ensino, pesquisa e extensão na região geoescolar na qual a instituição está presente. Essa coordenação é (co)responsável pelas políticas, pelo orçamento e pela execução financeira da Instituição. Atende as necessidades no que se refere à infraestrutura como salas de aula, biblioteca, laboratórios, equipamentos de informática, redes de informação e outros. Essa infraestrutura foi construída e equipada de forma a atender as necessidades dos cursos por afinidades, sempre procurando otimizar os recursos.

Todo o detalhamento das infraestruturas da UNEMAT e seu planejamento de expansão e melhorias podem ser encontrados em seu Plano de Desenvolvimento Institucional.

13.5 Biblioteca

A biblioteca é um espaço de infraestrutura comum a todos os cursos, sendo a biblioteca física existente em todos os Câmpus e Núcleos Pedagógicos. O atendimento das bibliotecas é prestado através de diferentes meios, e o seu acervo bibliográfico é atualizado periodicamente, a fim de que as informações disponíveis sejam eficientes e eficazes. Dessa forma, a aquisição de acervo bibliográfico é de suma importância para garantir melhor acessibilidade à informação e à pesquisa, bem como proporcionar um ensino de qualidade.

Recentemente, a UNEMAT dispõe da biblioteca virtual Minha Biblioteca, que garante aos acadêmicos o acesso a um acervo altamente diversificado e atualizado, com uma série de ferramentas digitais de anotações individuais e coletivas que permitem um estudo ainda mais dinâmico no ambiente virtual.

A biblioteca virtual tomou uma grande importância pela facilidade de acesso à informação sem a necessidade de reserva do exemplar, os livros são de acesso a todos a todo momento, os acessos nela seguem crescendo conforme os acadêmicos e docentes a conhece, gerando inclusive demanda na ampliação de seu acervo. Além da facilidade de acesso ao acervo, são também vantagens da biblioteca virtual sua interface que permite o registro de comentários e marcações conforme ocorre a leitura de uma obra, o que antes representava um dano físico ao exemplar do livro da biblioteca física e na biblioteca virtual o acervo é sempre atualizado contando com as últimas edições das obras publicadas.

A expectativa é que após a implantação deste PPC novas tecnologias sejam implementadas no curso para melhor atendimento às demandas que eventualmente surgirem.

O Portal de Periódicos da Capes possui um acervo de mais de 38 mil títulos com texto completo, 134 bases referenciais, 11 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual.

14. Plano de implantação

14.1 Articulação no âmbito da rede

A implantação da Rede UFMS-UNEMAT-UCB será conduzida a partir de ações colegiadas, com forte diálogo, cooperação e colaboração entre as três IES proponentes. O Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente se manterá ativo durante a implantação, o desenvolvimento e a avaliação dos cursos e será o órgão colegiado máximo da Rede ora proposta. Este Comitê deverá garantir, em primeira instância, caso esta proposta seja aprovada, a constituição de uma comissão em cada IES com membros de todos os cursos ofertados na referida IES, além de comissões setoriais para a implantação de cada curso especificamente.



Com as comissões constituídas, a matriz curricular de cada curso deverá ser adequada às características e necessidades regimentais no que se refere à computação de carga horária discente. As comissões deverão manter espaços de comunicação para trocas de experiências bem como para articulação e incentivo à movimentação discente interinstitucional, favorecida pela unificação em grande parte das matrizes curriculares dos cursos ofertados, e ao desenvolvimento de projetos integradores aproximando as ações de pesquisa, ensino e extensão em cada universidade. Além disso, a diferença de carga horária de cada disciplina e em cada IES não deverá ultrapassar 25% da carga horária total da referida disciplinas em todas as outras IES da Rede. Esta estratégia visa facilitar e estimular a movimentação estudantil dentro da própria Rede.

Outra ação a ser desenvolvida será no âmbito da capacitação para os professores que atenderão os 12 cursos da Rede UFMS-UNEMAT-UCB, para alinhamento de estratégias, conhecimentos específicos dos aspectos particulares e inovadores desta proposta e fortalecimento das ações previstas para os quatro anos de desenvolvimento dos cursos.

14.2 Articulação intra-institucional

Internamente, o processo de implementação segue em alinhamento com o processo articulado em rede, considerando os instrumentos e procedimentos de acompanhamento e avaliação.

Após aprovação, para a implantação destes cursos, passará pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão para homologação e as articulações para implantação, atendendo aos dispositivos legais institucionais.

15. Avaliação e acompanhamento do projeto pedagógico do curso;

15.1 Avaliação e acompanhamento no âmbito da rede

A rede UFMS-UNEMAT-UCB manterá uma dinâmica periódica de reuniões e interlocução no âmbito do Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente para gestão e monitoramento das atividades de cada um dos cursos bem como das ações interinstitucionais que serão favorecidas e fortalecidas a partir da própria rede.

Como o próprio edital prevê, o Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente será composto por representantes de cada um dos cursos ofertados, ou seja, de pelo menos 12 representantes dos cursos ofertados, além do Coordenador do Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente.

Além desse órgão colegiado, haverá uma comissão em cada IES composta pelo coordenador da rede na IES, pelos coordenadores dos cursos ofertados e por representantes docentes e discentes, de modo a acompanhar o desenvolvimento dos cursos, resolver demandas internas, estabelecer uma articulação entre o Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente e cada curso ofertado, além de abrir espaço para o trânsito entre os cursos ofertados na mesma IES, já que em nossa proposta há 10 Unidades Curriculares que são comuns a todos os cursos. Pelo menos um membro dessas comissões nas IES deverá compor o Comitê de Articulação da Formação Inicial Docente da rede UFMS-UNEMAT-UCB.

As ações do Comitê de Articulação também deverão promover e incentivar o intercâmbio institucional entre alunos matriculados nos cursos da rede, favorecendo a troca de experiências. Esse incentivo é favorecido a partir da forte correspondência entre as matrizes curriculares em cursos de mesma área, permitindo o aproveitamento de carga horária e o desenvolvimento de projetos interinstitucionais.

Ainda, o Comitê de Articulação organizará anualmente uma avaliação interna para monitoramento das ações, com aplicação de questionários anônimos entre discentes, docentes e gestores dos cursos ofertados na rede, com posterior elaboração de relatório por comissões específicas para este fim em cada IES e compartilhamento com a comunidade envolvida na Rede, indicando ações a serem implantadas ou ajustadas conforme os resultados destas avaliações internas.

15.2 Avaliação e acompanhamento intra-institucional

A avaliação deve ser considerada como um meio e não como um fim, ou seja, um meio capaz de auxiliar o educando durante o ato pedagógico, incentivando-o no avanço e na superação de dificuldades. O ato de avaliar é um processo constante, ativo, de contínuo crescimento, uma vez que o desempenho alcançado representa um significativo avanço em relação à etapa anterior. Em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, a avaliação deve constituir processo de aperfeiçoamento contínuo e de crescimento qualitativo, pautando-se pela:



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



- Coerência das atividades quanto à concepção e aos objetivos do projeto pedagógico e quanto ao perfil do profissional formado pelo curso de **onde se lê Letras leia se Pedagogia**;
- Validação das atividades acadêmicas por colegiados competentes;
- Orientação acadêmica individualizada;
- Adoção de instrumentos variados de avaliação interna;
- Disposição permanente para participar de avaliação externa.

A avaliação que se pretende como prática corresponde a uma disposição mental que entende o ato de avaliar como um acompanhamento sistemático do desempenho individual do aluno, bem como da turma, como um coletivo. Esta concepção envolve dois grupos de atenção: as atitudes e o desempenho.

No conjunto de atitudes, o professor deve considerar quesitos como participação, engajamento, responsabilidade, iniciativa, trabalho em equipe e compromisso. No conjunto de desempenho, o professor deve considerar, por meio de instrumentos específicos e diversos, o crescimento individual do aluno em relação aos conteúdos específicos da disciplina, bem como as condições em que esse aluno se encontra em relação ao coletivo da turma. Deve-se priorizar a transparência do processo avaliativo, de modo que as regras devem constar desde o início das disciplinas em seus planos de ensino, explanadas e acordadas com os discentes,

Em relação à forma e aos instrumentos, o professor pode avaliar em momentos formais e informais: o formal é mais ligado à avaliação instrumental, enquanto o informal é mais ligado à avaliação de atitudes, ficando a critério do professor. Deve-se levar em conta a discussão prévia com os alunos para que interajam com os procedimentos avaliativos, sem que se desvie das diretrizes gerais do curso.

Quanto às formas de avaliação, em consonância com os pressupostos teóricos deste projeto pedagógico, adota-se um tipo de avaliação caracterizado pela dinâmica e pela participação. A avaliação dinâmica é caracterizada pela promoção de situações e/ou tarefas que, por meio do diálogo e da discussão, estimulam a análise crítica sobre a real condição de cada aluno, como também a do professor. Essa avaliação é também participativa, visto que o professor faz o registro do desempenho do aluno, constata as lacunas, para, a partir dos índices apurados, propor atividades alternativas visando à retomada dos assuntos e melhoraria das condições anteriormente apresentadas. Na realização do processo de avaliação, o professor vai obtendo dados provisórios sobre o estágio de desenvolvimento do aluno. Esse tipo de avaliação exige que o professor tenha habilidade para estabelecer relacionamento interpessoal equilibrado, uma vez que valoriza o trabalho coletivo. Dessa maneira, a avaliação será eficaz, se cumprir sua função pedagógica de auxiliar na melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Será eficiente, se for realizada de forma sistemática e abrangente.

Quanto aos instrumentos destinados à avaliação de desempenho, o professor é responsável pela escolha e organização das ferramentas. De acordo com Resolução 054/2011-CONEPE/UNEMAT, para cada disciplina, o professor deve promover no mínimo três avaliações de sistemática instrumental, ou seja, ele deve converter suas avaliações em notas de zero a dez (0 a 10); e, antes de aplicar um instrumento de avaliação, ele deve entregar a anterior, a fim de que o aluno possa conhecer os rumos de seu próprio desempenho. É relevante o retorno das avaliações aos alunos, bem como sua discussão detalhada, realizar um feedback, momento em que o professor expõe para o aluno os aspectos atendidos suficientemente nas avaliações e aqueles que ainda não foram contemplados dentro da expectativa da disciplina. Os instrumentos de avaliação podem ser trabalhos individuais e em grupos, debates, produções de textos, pesquisas, testes, visitas, exposições, testes interdisciplinares, trabalhos orais e escritos, dentre outros.

O docente é também o responsável pelo registro dos processos avaliativos em instrumentos específicos, fazendo uso do SIGAA, um sistema de registros acadêmicos on-line, desenvolvido especialmente para a Universidade do Estado de Mato Grosso, que recepta e organiza as informações acadêmicas, dispondo-as para os acadêmicos.

A reoferta de disciplinas, em virtude de reprovações, far-se-á de acordo com a Normatização Acadêmica (RESOLUÇÃO nº 054/2011 – CONEPE) e baseada na RESOLUÇÃO nº 041/2016 – CONEPE. A reoferta de disciplinas poderá também ser executada em Regime Especial de Recuperação (RER) sem aulas pois não contempla recuperação de carga horária, mas a aplicação de três avaliações distribuídas no semestre letivo. Tal processo de recuperação, não aplicável a alunos reprovados por frequência, deverá ser previsto nos Planos de Ensino, a serem aprovados pelos Conselhos de Curso.

O aluno reprovado em disciplina que não será oferecida no semestre imediatamente subsequente poderá matricular-se na disciplina em que reprovou na forma de RER. O benefício de que trata o RER será concedido uma única vez na mesma disciplina, em cada período letivo. O aluno que se matricular em uma disciplina em RER poderá matricular-se também na disciplina subsequente da qual aquela é pré-requisito, excetuando-se as disciplinas de TCC e Estágio Supervisionado.



Os programas de atividades e de orientação, bem como as formas de avaliação relativas ao RER, deverão ser elaborados pelo professor responsável pela disciplina e encaminhados aos alunos e à Coordenação de Curso no início de cada semestre.

O professor responsável deve acompanhar o aluno no processo de RER, tanto nos casos de disciplinas teóricas quanto nas disciplinas práticas, orientando-o para as provas, trabalhos e/ou outros instrumentos de avaliação aos quais será submetido.

Excepcionalmente, e por proposta do Colegiado de Curso, o benefício do RER pode ser aplicado a um aluno, mesmo quando não atendidas as exigências acima definidas.

No que se refere ao acompanhamento do projeto pedagógico do Curso esta é uma competência do Coordenador de Curso, que deverá de forma contínua promover a orientação do corpo docente sobre os princípios que regem o Projeto Pedagógico Curso, em suas particularidades e especificidades, visto que este projeto estará totalmente alinhado com as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Deste modo, caberá ao Coordenador de Curso realizar um processo de avaliação contínua com o objetivo de atender estes instrumentos normativos.

16. Termo de acordo dos sistemas de ensino envolvidos no curso.

Em anexo a esta proposta, a UNEMAT encaminha os seguintes documentos:

- Carta de intenção de apoio das redes públicas de ensino ao desenvolvimento de atuação prática (estágio e disciplinas práticas) dos licenciandos;
- Carta de intenção de apoio das redes públicas de ensino aos professores sem qualificação adequada, priorizando os que não possuam curso superior e que estejam matriculados nos cursos ofertados.

17. Ementário dos Componentes Curriculares

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Fundamentos da Educação					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
Relações entre educação, sociedade e Estado. Mudanças no mundo do trabalho e na educação. Desigualdades sociais e educacionais. Os grupos escolares no Brasil. Novos paradigmas: diferentes perspectivas educacionais (redes, cooperação, solidariedade), diferentes perspectivas sociológicas (complexidade, planetariedade, subjetividade). Movimentos sociais e educação.					
4. BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA:					
FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. A experiência do trabalho e a Educação Básica . Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.					
GOHN, Maria da Gloria, Teoria dos Movimentos Sociais , São Paulo, Edições Loyola, 2000.					
MANNHEIM Karl. Ideologia e Utopia . Trad. Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro, Zahar Editores,					



1985.

SANCHES, Antonio H. **Sociologia da Educação**, Rio de Janeiro, Thex Editora, 2001

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Psicologia da Educação I

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Concepção de desenvolvimento maturacional na 1ª e 2ª infância e adolescência, enfocando a ludicidade e a autoestima na formação biológica, psicológica e sociocultural. Processos de socialização na família e na escola, interseccionando as teorias: Psicanálise, Psicogênese e Sócio Interacionista em tempos inclusivos.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BIAGGIO, Ângela Maria Brasil. **Psicologia do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

BOCK, Ana M, FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria Lourdes – **Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia**. São Paulo, Editora Saraiva, 2002.

PALANGANA, Isilda Campaner. **Desenvolvimento e Aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social**. 2 ed. São Paulo: Plexus Editora, 1998.

PIAGET, Jean. **Psicologia da Inteligência**. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1983

YOGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: História Geral da Educação

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA



História da Pedagogia e Campos de Intervenção. História e historiografia da educação. A disciplina história da educação. As relações entre história, tempo, espaços, memória, cultura e educação. A educação dos povos primitivos e a educação oriental. A educação do antigo Egito. As práticas educativas na Grécia clássica e na Roma antiga. A educação medieval e os princípios cristãos. A emergência da escolarização renascentista e as relações com a educação Greco-romana. Instrução e educação, escola e escolarização europeia e governo das crianças escolarizadas na modernidade. Sistemas educativos nas Américas e na África. A formação de professores e formulações da escolarização moderna. A educação moderna e as distintas perspectivas de políticas educativas e processos de escolarização. A educação burguesa e as relações com a educação das mulheres e minorias. A educação contemporânea e as questões do espaço e tempo escolar.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ARIÈS, Phillippe. **História social da criança e da família**. 2 ed. Trad. Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos – LTC; 1981.

BURKE, Peter. (org.) **A Escrita da história: Novas perspectivas**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da UNESP; 1992.

BORGES, Vavy Pacheco. **O que é História**. São Paulo: Brasiliense, 1993. (Coleção Primeiros Passos – 17).

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos II: Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. Organização e Seleção de textos de Manoel Barros da Motta**. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária; 2000.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 16 ed. São Paulo, Cortez, 1998 (educação contemporânea).

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Projeto de Vida

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos
60h	2 1 0 1 1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Previsto na BNCC, promove a capacidade dos alunos refletirem sobre desejos e objetivos não apenas para o futuro, mas também para agora. Isso inclui planejar o que farão a cada ano e etapa de ensino, aprendendo a se organizar, estabelecer metas e definir estratégias para atingi-las.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
REITORIA



DISCIPLINA: Práticas de Leitura, Produção e Análise de Textos					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	2	1	1	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
Leitura e produção textual, abordando os diferentes mecanismos linguísticos e discursivos de diferentes tipos de textos. Conhecimento da ordem da escrita, seu uso e objetos, discursos e lugares de produção, circulação, divulgação dos textos e da leitura (escrita). Fundamentos teórico-metodológicos relativos ao ensino de Língua Portuguesa: concepções de linguagem, língua, gramática, (fonética, fonologia, semântica, sintaxe, ortografia), leitura e texto. Processos de leitura, produção e análise de textos multimodais.					
4. BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA:					
FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. Autores Associados. São Paulo: Cortez, 1986.					
GERALDI, José Wanderley. (Org.). O texto na sala de aula. 3.ed. São Paulo: Ática, 2003					
GUIMARÃES, Eduardo, ORLANDI, Eni P. (orgs). Língua e Cidadania: o português no Brasil. Campinas: Pontes, 1996.					
FIORIN, José L. Introdução à Lingüística. São Paulo: Contexto, 2002.					
MARTINS, Maria Helena. O que é leitura. São Paulo: Brasiliense, 2006. – (Coleção primeiros passos; 74).					

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Filosofia, Ética e Política					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
Atendendo especificamente o campo da Prática Pedagógica Para a Formação Docente I – busca a definição e conceito de Filosofia da Educação. Mitologia, Filosofia e Educação. A passagem da consciência mítica à consciência filosófica. As rupturas epistemológicas do século XVII e as transformações filosóficas e culturais do mundo ocidental no início da Modernidade: os humanismos, Reforma e Contra-Reforma,					



pensamento renascentista e Iluminismo. As diversas formas de conhecimentos e os seus valores para a educação. As vertentes filosóficas modernas e as suas influências na educação. As propostas educacionais com ênfase na educação da criança. As tendências e as teorias política e pedagógicas e seus principais representantes. Os desafios éticos e morais na educação diante das inovações tecnológicas do mundo contemporâneo.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ALVES, Rubem. **Filosofia da Ciência: introdução ao jogo e suas regras**. São Paulo: ArsPoetica, 1996.

ARANHA, Maria Lúcia de A. **Filosofia da educação**. São Paulo: Moderna, 1989.

BUARQUE, Cristovam. A submissão dos desenvolvimentistas. In: _____. **A desordem do progresso**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. p. 45-60.

CAPRA, Fritjof. **O ponto de mutação**. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 1993 a.

GHIRALDELLI, Paulo. **O que é filosofia da educação**. Rio de Janeiro: DPeA Editora, 2003.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Teorias do Desenvolvimento e da Aprendizagem

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos
60h	3 1 0 0 1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

As teorias de aprendizagem no processo educacional tais como: sociocognitivas e humanista. A relação professor-aluno no processo de aprendizagem e as dificuldades de aprendizagem (D.A's), dando ênfase às diferenças no desenvolvimento humano.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

COLL, Cesar, PALACIOS, Jesus. & MARCHESI, Alvaro. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Psicologia da Educação**. Porto Alegre: Ed.

COOL, César et alli. **Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva**. Vol. 1 e 2 - Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

COOL, MARCHESI & PALACIOS. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994. Artes Médicas, 1992.



PIAGET, Jean. **A linguagem e o pensamento da Criança**. 6ª ed. São Paulo: Martins e Fontes, 1993.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A Formação social da mente**. São Paulo: Martins e Fontes, 1994.
VYGOTSKY, Lev Semenovich. **Pensamento e linguagem**. 5 ed - São Paulo: Martins Fontes, 1993.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Educação e as Tecnologias da Informação e Comunicação

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos				
30h	1	0	1	0	1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Educação Midiática E Educomunicação -Cultura Digital, Mídias E Aprendizagem Criativa Educação, Cultura Digital E Sociedade -Metodologias Ativas E Tecnologias Digitais. Estudos sobre as políticas públicas de introdução das Tecnologias da Informação e da Comunicação na Educação. Uso da televisão, do vídeo, do jornal, da câmera digital, do rádio, do cinema, do computador, da internet e das redes sociais. Sociedade em rede, inclusão digital e imersão na cultura digital. Uso do software Livre e a Internet no processo de aprendizagem.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 14. reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. 15. ed. São Paulo: Editora 34, 2008.

TEIXEIRA, A. C. **Inclusão digital: novas perspectivas para a informática educativa**. Ijuí: Editora Unijuí, 2010. Disponível para download em: <http://nossacibervida.blogspot.com.br/>.

LEMONS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2010.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Didática I

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1

3. EMENTA



CONTEÚDO DA EMENTA

A disciplina focaliza os conceitos de educação, pedagogia e didática. A Didática, a Escola e o Processo Educativo na perspectiva da história do ensino. Didática, práticas educativas e a dinâmica da sala de aula no projeto da escola moderna. Didática e escola frente aos dilemas e desafios da contemporaneidade.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CANDAU, Vera Maria (Org.). **A didática em questão**. 13. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos para quê?**São Paulo: Cortez, 1998.

PIMENTA. Selma Garrido *et al.* **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim; FAZENDA, Ivani Catarina A. (Orgs). **Formação docente: rupturas e possibilidades**. Campinas, SP: Papyrus, 2002.

FAZENDA, Ivani. **Didática e interdisciplinaridade**. Campinas-SP: Papyrus, 1998.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Ludicidade, Jogos e Brincadeiras

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Concepções e origem dos jogos e brincadeiras. O significado do lúdico como prática cultural. A importância e o papel do jogo, do brinquedo e das brincadeiras para desenvolvimento integral da criança, O lúdico como fonte de compreensão do mundo e o papel na educação. Relação do lúdico com a Educação e suas implicações no ensino e na aprendizagem da criança, do jovem e do adulto. Atividades práticas desenvolvidas na Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental. Brincadeiras, jogos, corpo e movimento.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Teoria e prática em psicomotricidade**.2010.

CAVALLARI, Vania Maria. **Recreação em ação**. 2006.

JESUS, Ana Cristina Alves de. **Como aplicar jogos e brincadeiras na educação infantil**. 2010.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogo, brinquedo, brincadeira e a Educação**. 2010.

REDIN, Euclides, **O espaço e o tempo da criança: se der tempo a gente brinca**. Porto Alegre: Mediação, 1998.



1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil I					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
<p>História e concepções de infância. Infâncias no Brasil: afrodescendentes, indígena e europeia. A criança como sujeito de direito. Fundamentos legais que referenciam a organização, gestão e prática pedagógica das instituições de educação infantil. Processo histórico da educação infantil no Brasil. Concepção de educação infantil. O desenvolvimento integral da criança como finalidade da educação infantil. Funções da educação infantil: educar e cuidar de crianças e bebês, atendendo suas necessidades e promovendo a sua autoestima. Trajetória histórica da formação do professor de educação infantil, sua relação com os modos contemporâneos de viver a infância nos diferentes espaços sociais e questões de gênero. Objetivos e avaliação na Educação Infantil. Articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.</p>					
4. BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA:					
ARIÉS, P. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.					
FERREIRA, Maria Clotilde Rossetti, (orgs). Os fazeres na Educação Infantil. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.					
HOFFMANN, Jussara, SILVA, Maria Beatriz G.(orgs) Ação Educativa na creche. Porto Alegre. Mediação, 1995. 60p. (Cadernos Educação Infantil, v.1)					
MACHADO, Maria Lúcia. Pré-escola não é escola: a busca de um caminho. Rio de Janeiro: Paz E Terra, 1991.					
KUHLMANN Jr., M. Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.					

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Educação Especial, Diversidade e Inclusão					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1



3. EMENTA
CONTEÚDO DA EMENTA Marcos teóricos e legais da Educação Especial. Inclusão e diversidade. A importância da interdisciplinaridade na Educação Especial. A família, a escola e a sociedade: desafios, diferenças e especificidades.
4. BIBLIOGRAFIA
BÁSICA: BRASIL. Constituição (1988) . Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. _____. Declaração Mundial sobre Educação para Todos : plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990. _____. Coordenadoria Nacional para Integração de Pessoas Portadoras de Deficiências. Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais . Brasília: MEC, 1994. Ropoli, Edilene Aparecida. [et.al.]. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva . Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 1. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar) ISBN Coleção 978-85- 60 horas331-29-1 (obra compl.) ISBN Volume 978-85-60331-30-7 (v. 1).

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA				
DISCIPLINA: Literatura e Educação Literária PRÉ-REQUISITOS: não possui				
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS				
<table border="1"><thead><tr><th>Carga Horária</th><th>Créditos</th></tr></thead><tbody><tr><td>60h</td><td>3 1 0 0 1</td></tr></tbody></table>	Carga Horária	Créditos	60h	3 1 0 0 1
Carga Horária	Créditos			
60h	3 1 0 0 1			
3. EMENTA				
CONTEÚDO DA EMENTA Indissociabilidade entre Leitura e Literatura. A intervenção da literatura para crianças na constituição do sujeito; os pressupostos educativos contidos na literatura infantil; a fantasia como princípio educativo; os valores implicados no trabalho docente com a literatura infantil; a organização do processo didático a partir da literatura infantil. Aspectos teóricos da literatura infantil. Visão histórica. As relações entre a literatura para crianças e a escola: a função pedagógica. Realidade e fantasia no texto para crianças. Gêneros Literários: acalantos, músicas infantis, poesia, fábulas, contos, lendas, parlendas, mitos, parábolas, paródia. O humor, a poesia. Histórias sem texto. A ilustração do livro para crianças. O professor como contador de histórias. Autores brasileiros do século XX e contemporâneos.				
4. BIBLIOGRAFIA				
BÁSICA: ABRAMOVICH, F. Literatura Infantil: gostosuras e bobices . São Paulo: Scipione, 4ª Ed. 1995. ALBERGARIA, Lino de. Do folhetim à Literatura Infantil. Leitor, memória e identidade . Belo Horizonte: Ed.				



Lê, 1996.

FARIA, Maria Alice. **Como usar a Literatura Infantil na sala de aula**. São Paulo: Contexto, 2004.

LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **Literatura Infantil brasileira – histórias e histórias**. São Paulo: Ática, 1994.

ZILBERMAN, Regina. **A literatura Infantil na Escola**. São Paulo: Global, 2003.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Psicologia da Educação II

PRÉ-REQUISITOS: Psicologia da Educação I

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Educação, Neurociências E Aprendizagem -Aprendizagem, Neurociências e Desenvolvimento Cognitivo. Múltiplas inteligências: diversidade cognitiva e potencialidades. As condições de aprendizagem, enfatizando a motivação nas diversas abordagens teóricas. A relação professor-aluno no processo de aprendizagem e as dificuldades de aprendizagem (D.A's), dando ênfase às diferenças no desenvolvimento humano.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

COOL, MARCHESI & PALACIOS. **Desenvolvimento Psicológico e Educação: Necessidades Educativas Especiais e Aprendizagem Escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

GOULART, Iris Barbosa. **Psicologia da Educação. Fundamentos Teóricos Aplicados à Prática Pedagógica**. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LIMA, Elvira Souza. **Desenvolvimento e aprendizagem na escola: aspectos culturais, neurológicos e psicológicos**. São Paulo: GEDH, 1997.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Didática II

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1

3. EMENTA



CONTEÚDO DA EMENTA

Função social da escola e as diferentes concepções e tendências pedagógicas que permeiam o processo educativo. Constituição da identidade pessoal/profissional, profissionalidade, trabalho docente e construção dos saberes docentes e conhecimento pedagógico necessários ao ato pedagógico. A dinâmica do processo de ensino e as condições necessárias para a aprendizagem: planejamento de ensino e avaliação. Trabalho docente, profissão e profissionalidade. A prática docente e suas relações: professor, aluno, disciplina, indisciplina, sujeito, conhecimento, saberes, teoria, prática, conteúdo, forma, ensino, aprendizagem. Prática pedagógica escolar e não-escolar enquanto práticas sociais específicas.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MENEGOLLA, Maximiliano; SANT'ANNA, Ilza Martins. **Por que planejar? como planejar? currículo-área-aula**. Petrópolis: Vozes, 2003.

NÓVOA, António (Org.). **Vida de professores**. Vol. 4. 2. Ed. Coleção Ciências da Educação, Portugal: Porto Editora, 2000.

SILVA, Albina P. de P.; CICHELERO, Marli; WETH, Oldemar (Orgs.). **Formação de educadores: uma vivência com projetos de aprendizagem mediados pelas tecnologias**. Cáceres-MT: Editora UNEMAT, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2008.



1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Matemática: Contextos e Estratégias de Ensino e Aprendizagem I					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	2	2	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
<p>Atendendo especificamente a prática pedagógica para a Formação Docente II - Concepção histórica, filosófica, científica e social da Matemática enquanto ciência e atividade humana. A apropriação do conceito de número como uma estrutura mental que cada criança constrói a partir da capacidade de pensar, exercitada nas relações com o ambiente natural, social e cultural. A natureza do conhecimento lógico-matemático e do ensino da Matemática na Educação Infantil. Valorização da cultura matemática, visando a formação reflexiva e crítica do professor da Educação Infantil. Conteúdos, estratégias de ensino e materiais didáticos para a Educação Infantil, sob as perspectivas do RCNEI.</p>					
4. BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA:					
D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Educação matemática: da teoria a prática . Campinas: Papyrus, 2003.					
KAMII, Constance. A criança e o número . Campinas: Papyrus, 1990.					
NUNES, Terezinha. Crianças fazendo matemática . Porto Alegre: Artes Médicas, 1997					
DANTE, Luiz Roberto Dante. Didática da resolução de problemas de matemática . São Paulo: Ática, 1989.					
NETO, Ernesto Rosa. Didática da Matemática . 11. ed. São Paulo: Ática, 2002.					



1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação Infantil II					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	2	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
<p>Para atender especificamente a prática pedagógica para formação específica I - Organização do trabalho pedagógico contemplando: organização do espaço-tempo nas creches e pré-escolas, os processos de construção da autonomia infantil, as atividades lúdico-pedagógicas, os desejos e necessidades infantis, os eixos do currículo e os projetos educativos. Atividades inerentes à comunicação e à expressão infantil. Conhecimento do mundo: natureza e sociedade. Noções matemáticas. Orientações espaço-temporais. O planejamento do trabalho pedagógico e construção de materiais pedagógicos para a Educação Infantil.</p>					
4. BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA:					
AMODEO, Maria Celina, RODRIGUES, Maria Bernardete Castro. (orgs) Ação Educativa na creche . Porto Alegre. Mediação, 1995. 72p. (Cadernos Educação Infantil, v.2)					
ANTUNES, Celso. Educação Infantil: prioridade imprescindível . Petrópolis,RJ : Vozes, 2004.					
HOFFMANN, Jussara, SILVA, Maria Beatriz G.(orgs) Ação Educativa na creche . Porto Alegre. Mediação, 1995. 60p. (Cadernos Educação Infantil, v.1)					
SOUZA, Regina Célia de. A práxis na formação de educadores infantis . Rio de Janeiro: DP&A, 2002.					
ZABALZA, Miguel. Qualidade em educação infantil . Porto Alegre: Artes Médicas, 1998					

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Cultura, Escola e Currículo					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
<p>Escola, currículo, Cultura e Sociedade: Currículo como artefato histórico-cultural e como dispositivo identitário; Currículo enquanto espaço-tempo de disputas pela conformação de verdades e de modos de comportamento (hegemonia social); Currículo enquanto elemento constitutivo e constituidor da prática</p>					



educativa escolar. Estudos dos currículos brasileiros e mato-grossense para a Educação Infantil e para os anos iniciais do Ensino Fundamental: estudo de obras, artigos e pareceres que têm por objeto os Diretrizes e os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental de 9 anos, Orientações Curriculares Nacionais e a organização curricular por ciclos de formação humana em Mato Grosso.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

COSTA, Marisa V. (Org.). **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

GARCIA, Regina L.; MOREIRA, Antonio F. B. (Orgs). **Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomáz Tadeu da (Orgs). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da; MOREIRA, Antonio Flávio. **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1995.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Língua Brasileira de Sinais – Libras

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos
60h	3 1 0 0 1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Aspectos sócio-históricos, linguísticos e culturais da Surdez. Modelos educacionais na educação de surdos. Histórico da Língua Brasileira de Sinais. Aspectos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semântico e discursivos da Língua Brasileira de Sinais. Educação bilíngue: Ensino de Português para surdos e ensino de Libras. Processo de aquisição da Língua de Sinais. Libras instrumental. Aprendizado da Libras.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BRASIL. MEC Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. MEC Lei 10436 de 24 de abril de 2002.

CAPOVILLA, F. C. RAPHAEL, W. D. & MAURICIO, A C. L. **Novo Deit-Libras: Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira**. 2. ed. Ilustrações de Silvana Marques. São Paulo: EdUSP: Inep: CNPq: Capes, 2009 v. I: sinais de A a L e v. 11: sinais de M a Z.

COUTINHO, Denise. **LIBRAS e Língua Portuguesa: Semelhanças e diferenças**. João Pessoa Editor:



Arpoador, 2000.

FELIPE, Tânia A. **A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Libras em Contexto: Curso básico / livro do professor instrutor e do aluno. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília. MEC/SEESP, 2007.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Cultura, Educação e Relações Étnico-Raciais

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Esta disciplina deve oferecer os elementos teóricos que propiciem o conhecimento dos conceitos de cultura, etnocentrismo, identidade, diferença, alteridade, estereótipos, racismo, discriminação racial e preconceito. Conhecimentos dos processos históricos que construíram as desigualdades raciais no Brasil; estimular a reflexão sobre a diversidade étnica existente na sociedade brasileira e, no nosso caso, no Estado de Mato Grosso, colocando em discussão a luta da população negra e indígena no Brasil, sua cultura, sua participação na formação da sociedade nacional e a sua contribuição nas áreas social, econômica e política. Possibilitar práticas pedagógicas e confecção de materiais didáticos que propiciem trabalhar com a temática diversidade cultural em sala de aula. Multiculturalidade e Interculturalidade.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social**. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

GRANDO, Beleni Salete; PASSOS, Luiz Augusto (Org.). **O Eu e o Outro na Escola: Contribuições para incluir a história e a cultura dos povos indígenas na escola**. Cuiabá; EdUFMT, 2010.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: **Um Conceito Antropológico**. 9. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o Racismo na Escola**. 3. ed. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Gestão Escolar, Relação Escola e Comunidade

PRÉ-REQUISITOS: não possui



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
REITORIA



2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
<p>A organização da gestão da educação brasileira a partir do conjunto de regulamentações e normatizações em vigor. Conceitos de gestão, gestão democrática, espaços escolares e não escolares. Concepções de educação formal, não formal e informal. A gestão democrática da/na educação pública brasileira. Gestão das instituições escolares e não escolares e suas formas e processos educacionais. O projeto político pedagógico da escola e seus aspectos normativos: a gestão, o currículo, o financiamento, o papel do professor, as relações da escola com a comunidade e os processos de avaliação. Papel do gestor em espaços escolares e não escolares.</p>					
4. BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA:					
BORDALHO, Evanildes de Arruda. O trabalho de gestores escolares no contexto de escolas estaduais organizadas por ciclos de formação. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em educação da UFMT, 2008.					
GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (orgs.). Autonomia da escola: princípios e propostas. – 5. ed. – São Paulo, SP: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.					
FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. Ensaios: Avaliação, políticas públicas da educação. Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.					
LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Revista e ampliada. – Goiânia, GO: Editora Alternativa, 2004.					
LIBANELO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. 2 ed. São Paulo. Cortez, 2005.					

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Metodologia de Pesquisa I					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
<p>Conceitos e tipos de pesquisa: qualitativa, quantitativa, descritiva, estudo de caso, participante, etnográfica, bibliográfica, pesquisa-ação, dentre outros. Instrumentos de coleta de dados (entrevista, questionário, grupo focal, observação, inquérito, dentre outros). Procedimentos de análise de dados (análise de conteúdo,</p>					



análise estatística, análise do discurso). Elaboração de Pré-Projeto de pesquisa (Ensaio). Técnicas de coleta de dados. Ética na Pesquisa. Procedimentos para elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos de acordo com a ABNT (artigo científico, ensaio, dentre outros).

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução a metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1994.
- FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- GOLDENBERG, Miriam. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HAGUETE, Tereza Maria Frota. **Metodologia qualitativa na sociologia**. Petrópolis. Vozes. 1987.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Empreendedorismo, Educação e Inovação

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Os avanços tecnológicos impactam a vida na sociedade em todas as dimensões e geram situações que requerem um tipo de sujeito com perfil diferenciado, próprio da era digital. Os processos educacionais devem se adequar às tendências atuais. Empreendedorismo, com vistas aos aspectos socioculturais e da econômica atual. PRONATEC. Dimensões da Orientação Empreendedora Educacional (OEE), a Orientação Empreendedora (OE), Teoria da Modificabilidade Cognitiva Estrutural. Gestão educacional que potencializa as práticas pedagógicas necessárias ao empoderamento dos sujeitos, frente aos desafios contemporâneos de formação profissional

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

- ALARCÃO, I. Professores Reflexivos em uma escola reflexiva. São Paulo: Ed. Cortez, 2009.
- BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.
- BESSANT, J.; TIDD, J. Inovação e empreendedorismo. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2009.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Legislação e Organização da Educação Brasileira



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
REITORIA



PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
<p>O sistema educacional brasileiro: municípios, estados e a união. A função social da escola e a educação intencional. A organização da educação brasileira a partir da LDB n.º 9394/96 - estrutura administrativa, didática e aspectos legais; objetivos, princípios e organização da educação básica com base no conjunto de leis, regulamentações e normatizações em vigor. Órgãos coletivos, normativos e executivos da administração da/na educação escolar brasileira. As diretrizes curriculares nacionais e orientações curriculares estaduais da educação básica: Educação Infantil, ensino fundamental de nove anos e ensino médio. BNCC.</p>					
4. BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA:					
BRANDÃO, Carlos da Fonseca. LDB: passo a passo . São Paulo: Avercamp. 2003. 190 p.					
BRASIL. Legislação: Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988; Lei nº 9.394, de 20 de dezembro 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN); e Plano Nacional de Educação (PNE) e/ou Plano Decenal de Educação (PDE) e/ou Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) .					
LIBÂNEO, José Carlos.; OLIVEIRA, João. Ferreira de; TOSCHI, Mirza. Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização . 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.					
OLIVEIRA, Romualdo Portela de & ADRIÃO, Theresa (orgs.). (2002). Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB . São Paulo: Xamã.					
SAVIANI, Dermeval. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional . São Paulo: Ed. Autores Associados, 336 p. 2007.					

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização e Letramento I					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS - CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
<p>Para atender a prática pedagógica para formação específica II - Análise crítica das concepções da Alfabetização ao longo da história escolar. Caracterização de uma proposta dialógica e crítica de Alfabetização com destaque às relações entre Alfabetização e Letramento. Estudo das teorias construtivista, sociocultural e psicogenética. Concepções teóricas e metodológicas referentes à compreensão da</p>					



alfabetização no universo da oralidade, da leitura, da escrita, da produção textual e da análise linguística nos anos iniciais do Ensino Fundamental, por meio do trabalho com diferentes gêneros e suportes textuais.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CAGLIARI, Luiz C. **Alfabetização e Linguística**. São Paulo: Scipione, 2010.

FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1990.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 5.ªed. São Paulo: Contexto, 2007

TEBEROSKY, Ana. **Aprendendo a escrever: perspectivas psicológicas e implicações educacionais**. 3.ª ed. 6.ª impressão. São Paulo: Ática, 2003.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Escolar

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos
90h	3 0 0 3 0

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Busca assegurar ao futuro pedagogo vivências de observação e regência em contextos de gestão educacional escolar e não escolar com o objetivo de construir saberes acerca do planejar, coordenar e avaliar processos e/ou programas educacionais, com ênfase para projetos políticos pedagógicos de escolas de educação infantil e ensino fundamental. Vivências em coordenação pedagógica, direção e demais setores da gestão educacional.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

GADOTTI, Moacir. ROMÃO, José E. (orgs.). **Autonomia da escola: princípios e propostas**. – 5. ed. – São Paulo, SP: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

LIBANEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 2 ed. São Paulo. Cortez, 2005.

LUCK, Heloísa. **Perspectiva da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores**. Disponível em: <http://lms.ead1.com.br/upload/biblioteca/curso_4392/fron00lbi6.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2013

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da escola pública**. São Paulo. Ática, 1998.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
REITORIA



DISCIPLINA: História da Educação de Mato Grosso					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
<p>A disciplina História da educação em Mato Grosso. A educação em Mato Grosso e as relações com o pensamento colonial. O Império brasileiro e os desafios da escolarização provincial a partir dos saberes e casas-escola. Métodos de ensino em Mato Grosso. As reformas educativas e o pensamento dos administradores na província. Entre móveis, utensílios, métodos e renovação pedagógica: A transição da educação imperial para o modelo republicano de escolarização. A educação republicana e os grupos escolares. A escola nova e os processos educativos no Estado. As sucessivas reformas republicanas e o ideário educativo de setores sociais. Políticas de educação e ações de movimentos sociais em busca de um modelo de ensino em Mato Grosso. A municipalização do ensino em Mato Grosso. A educação mato-grossense e as perspectivas de análise e de pesquisa.</p>					
4. BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA:					
NETO, Vitale Joanone. Fronteiras da Crença: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970.					
SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Luzes e sombras: Modernidade e educação pública em Mato Grosso. (1870-1889). Cuiabá: INEP/ Eudfmt; 2002.					
SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. et al. O Processo Histórico de Mato Grosso. Cuiabá: Guaicurus, 1990.					
NEVES, Dimas Santana Souza. As reformas educativas em Mato Grosso, Minas Gerais e na Corte Imperial (1851-1859). Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2009.					
ROSA, Carlos Alberto; Jeus Nauk Maria de; (Org.). A terra da conquista: história de Mato Grosso Colonial. Cuiabá: Adriana 2003.					

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Matemática: Contextos e Estratégias de Ensino e Aprendizagem II					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	2	2	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					



Proposição teórica metodológica do ensino de matemática para os anos iniciais do Ensino Fundamental, abordando o processo que a criança realiza para a compreensão dos conceitos matemáticos e sua aplicabilidade no cotidiano: Sistema de numeração, operações fundamentais, números fracionários e decimais. Noções de porcentagem e geometria. Sistemas de medidas e monetário. Problemas matemáticos. Confecção de material didático-pedagógico.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ALVES, Eva Maria Siqueira. **A ludicidade e o ensino de matemática**. Campinas: Papyrus, 2001.

BECKER, Fernando (Org). **Revisitando Piaget**. Porto Alegre: Mediações, 1999.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. **Da realidade à ação: reflexões sobre Educação e Matemática**. 2. ed. São Paulo: Summus, 1986.

DANTE, Luiz Roberto Dante. **Didática da resolução de problemas de matemática**. São Paulo: Ática, 1989.

KAMII, Constance. **Aritmética: novas perspectivas – implicações da teoria de Piaget**. Campinas: Papyrus, 1992.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Metodologias Ativas e Inovação nas Práticas Pedagógicas

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária

Créditos

60h

2 1 1 0 1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Tecnologias Digitais E Inovação. Inovação pedagógica e metodologias ativas com foco principal a aprendizagem do aluno, e na viabilização de processos e instrumentos que possibilitem a interação, envolvimento do aluno em tarefas e construção do conhecimento de maneira ativa, aspecto que implica um novo papel para o professor (mediador). Propostas de trabalho em equipe; a elaboração de mapas conceituais e a criação de redes para interação e cooperação na construção do conhecimento.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018

MORAN, José; BACICH, Lilian (Org.). Metodologias ativas para uma educação

inovadora: uma abordagem teórico-prática. Série Desafios da educação. Porto

Alegre, Penso, 2018

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA



DISCIPLINA: Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Alfabetização e Letramento II					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	2	2	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
História dos métodos de alfabetização: Tradicional e Construção do Conhecimento. O que é esse "tradicional"? (Cartas de ABC, Marcha Sintética, Soletização, Fônico, Silabação, Família Silábica, Cartilha, Método "João de Deus", Método Analítico, Métodos Mistos ou Ecléticos, Método Global. A relação entre os métodos de Alfabetização e as condições de construção da leitura e da escrita: biológicas e sociais. 3) Alfabetização: construtivismo e desmetodização. O que é Construção do Conhecimento? Psicogênese da Língua Escrita. Sócio-Construtivismo. O Perfil do Professor Mediador. Modismos na Alfabetização.					
4. BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA:					
FERREIRO, Emilia (org.). Os filhos do analfabetismo: proposta para a alfabetização escolar na América Latina. Trad. Maria Luiza Marques Abourre. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.					
FERREIRO, Emília & TEBEROSKY, Ana. Psicogênese da Língua Escrita . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1990.					
GONTIJO, Cláudia Maria Mendes. Alfabetização: a criança e a linguagem escrita , Associados Campinas, SP.2003					
PIAGET, Vygotsky, Wallon. Teorias psicogenéticas em discussão . Inês de La Taille, Marta Koll de Oliveira, Heleysa Dantas. São Paulo: Summus, 1992.					
REGO, Tereza Cristina. Vygotsky. Uma perspectiva Histórica Cultural da Educação . 4ª ed. Petrópolis. Vozes, 1997.					

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Metodologia da Língua Portuguesa: Contextos e Estratégias de Ensino e Aprendizagem					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	2	2	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
Orientações Curriculares: 1º, 2º, 3º, 4º e 5º Ano (Conceitos dos Conteúdos). Desenvolvimento do Processo de Aprendizagem e os Materiais Pedagógicos. O uso dos recursos didáticos em articulação com os					



conteúdos de Língua Portuguesa e a Interdisciplinaridade.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CAGLIARI, L.C. **Alfabetização e lingüística**. São Paulo: Scipione, 1990.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF. 1997

PIZANI, Palácios. **Compreensão da Leitura e expressão Escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ROJO, Roxane (org). **Alfabetização e Letramento: Perspectivas lingüística**: Campinas, Mercado de Letras, 1998.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. – 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Metodologia da Geografia: Contextos e Estratégias de Ensino e Aprendizagem

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos				
60h	2	2	0	0	1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

História da Geografia Escolar Brasileira. A formação e atuação do professor para a Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental na disciplina de Geografia. A formação do conceito de espaço aproveitando a vida cotidiana da criança. Concepções de lugar, paisagem e território. O uso de recursos didáticos para o ensino da Geografia nos conteúdos específicos: representação espacial – Globo, mapas políticos, físicos e temáticos, cartas topográficas, plantas, fotografias baixas e aéreas, imagens de satélites, representações cartográficas, legendas, escalas, gráficos, croqui, desenhos de mapas, orientação espacial, localização e outras representações. Simbologia: convenções cartográficas, linhas imaginárias e coordenadas geográficas. Espaço social do jovem e do adulto.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CASTROGIOVANNI, Antonio (org.) Ensino de Geografia: práticas e textualizações no cotidiano. **Porto Alegre: mediação, 2000.**

ALMEIDA, Rosângela; PASSINI, Elza Y.O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 2002.

PENTEADO, Heloísa de. **Metodologia do ensino de História e Geografia**. São Paulo: Cortez, 1992, (Coleção Magistério – 2º grau – Série Formação do Professor).



SIMIELLI, M. E. R. **Primeiros mapas: como entender e construir**. São Paulo, Ática, 1993.

VESENTINI, José William. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 1989 (Coleção Repensando a Geografia).

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado I – na Educação Infantil – Creche - Maternal - Pré-escola (observação intervenção);

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos
120h	4 0 0 4 0

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Abordagem teórica relativa à Educação Infantil e execução de atividade docente diretamente numa instituição de Educação Infantil, com o desenvolvimento das etapas de observação, participação/monitoria, planejamento e desenvolvimento de um projeto pedagógico no desempenho das diferentes tarefas inerentes ao cuidar, brincar e educar crianças de 0 a 3 anos (creche) e 4 e 5 anos (pré-escola), proporcionando ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico. Os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

AMODEO, Maria Celina, RODRIGUES, Maria Bernardete Castro. (orgs) **Ação Educativa na creche**. Porto Alegre. Mediação, 1995. 72p. (Cadernos Educação Infantil, v.2).

BRASIL. MEC. Secretaria de Educação fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 3v. Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social; volume 3: Conhecimento de mundo.

CRAYDY, Carmem; KAERCHER, E. Gládis (orgs). **Educação Infantil. Pra que te quero?** Porto Alegre: Artmed, 2001.

SOUZA, Regina Célia de. **A práxis na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ZABALZA, Miguel. **Qualidade em educação infantil**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Metodologia das Ciências Naturais: Contextos e Estratégias de Ensino e Aprendizagem

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – X CRÉDITOS



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
REITORIA



Carga Horária	Créditos
60h	2 2 0 0 1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Natureza do conhecimento cotidiano e científico da Ciência. O papel da observação e da comunicação na formação de capacidades voltadas para o desenvolvimento do pensamento lógico da criança. A construção do conhecimento no ensino de Ciências. O ensino de Ciências na Educação Infantil. Ensino de Ciências na Alfabetização e/ou I Ciclo de aprendizagem. Alfabetização em química (transformações) e física (grandezas e unidades, experimentações físicas) em conexões ambientais e biológicas. Fenômenos naturais e alfabetização ecológica: Água, ar, solo, calor, movimento e energia. Noções de astronomia. Espaços pedagógicos para a educação em Ciências.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ciências / Secretaria de Educação**. Secretaria da Educação Fundamental. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CARVALHO, Anna Maria Pessoa de (Org.) **Ensino de Ciências: unindo a pesquisa e a prática**. São Paulo: Pioneira, 2004.

DELIZOICOV, Demétrio. et al. **Ensino de Ciências: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2002. (Coleção Docência em Formação).

GIL-PEREZ, Daniel. CARVALHO, Anna M. P. **Formação de professores de ciências**. São Paulo: Cortez, 1998.

OLIVEIRA, Daisy Laura de. **Ciências nas salas de aulas. Cadernos: Educação Básica**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Políticas Públicas da Educação

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos
60h	2 1 0 0 1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

O direito à Educação e às responsabilidades do poder público na Constituição Federal Brasileira. Funções da política educacional. Políticas de governo e políticas de estado e as relações com a Educação Básica. Planos de Educação nos/dos diferentes entes federativos. A Educação Básica no contexto da macro e micro política: relações nacionais e organismos internacionais. Política de formação de professores no contexto da sociedade contemporânea.



4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

CELESTINO, A. da Silva. BUENOP, M. Sylvia. Ghiraldelli Jr. Paulo. MARRACH, S. A. **Infância, Educação e Neoliberalismo**. São Paulo: editora Cortez – *Coleção Questões Polêmicas da Nossa Época*, 2002.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial e a Gestão da Educação Brasileira. In.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

LIBANEO, José Carlos. OLIVEIRA, João Ferreira de. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 2 ed. São Paulo. Cortez, 2005.

PERONI, Vera. **Política Educacional e Papel do Estado no Brasil dos anos de 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Metodologia de História: Contextos e Estratégias de Ensino e Aprendizagem

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos				
60h	2	2	0	0	1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

A História como disciplina escolar no ensino e na aprendizagem para o início da escolarização. Atuação do professor no ensino de História na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Identidade e estudo do cotidiano. O tratamento das fontes de informações no uso de documentos que apresentem o tempo e o espaço da história do aluno. A história de Mato Grosso e a história do município. Memória de diferentes linguagens no ensino da História no município. Metodologias de ensino e materiais didáticos. Pesquisa em História nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Memória, identidades de jovens e adultos.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais: história e geografia**. Brasília, Secretaria de Educação Fundamental, 1997. v. 5. 168pp. (Col. PCN's)

ABREU, Martha & SOIHET, Rachel. **Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MOREIRA, Claudia Regina B. S. e VASCONCELOS, José Antonio. **Didática e Avaliação da aprendizagem no ensino de História**. Curitiba: IBPEX, 2007.



TEBEROSKY, Ana e COLL, César. Aprendendo História e Geografia. São Paulo: Ática, 2008.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Laboratório de Inovação Pedagógica I -Design Thinking e Desenvolvimento de Projetos Inovadores em Educação

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária

Créditos

30h

1 0 1 0 1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Pensamento de designer. Uma metodologia que coloca o aspecto humano no centro das ações no desenvolvimento de projetos. Ele une a visão humana do design com aquilo que é viável de ser executado usando os recursos e tecnologias disponíveis.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

GEBRAN, Mauricio Pessoa. Tecnologias Educacionais. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

MORAN, José; BACICH, Lilian (Org.). Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Série Desafios da educação. Porto Alegre, Penso, 2018

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: DIDÁTICA III

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária

Créditos

60h

3 1 1 0 1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Estudos e conceitos relativos à elaboração e desenvolvimento do Projeto político pedagógico Escolar nas dimensões filosóficas, sociológicas, epistemológicas e pedagógicas. Pressupostos teórico-metodológicos de organização do Projeto Político Pedagógico Escolar para a Educação Infantil (creche e pré-escola). A relação entre o planejamento de ensino dos docentes e o Projeto Político Pedagógico Escolar para a Educação Infantil. Exercício de elaboração de Projeto Político Pedagógico, de Planejamento de Ensino do Docente, e, demais projetos pedagógicos que podem ser executados nas escolas.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:



JUNQUEIRA MARIN. O Trabalho Docente: Uma "caixa preta" para os professores. In: Anais ENDIPE 2010. Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales de. Didática: ruptura, compromisso e pesquisa. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

PERRENOUD, Ph. Avaliação. Da excelência à regulação das aprendizagens: entre duas lógicas. Porto Alegre. ArtMed, 1999.

BRASIL (2009). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

VALLE, Liliam do. A escola imaginária. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: ONDE SE LÊ METODOLOGIAS DA PESQUISA II, LEIA SE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I

PRÉ-REQUISITOS: METODOLOGIA DE PESQUISA I

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos
60h	2 1 1 0 1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Elaboração de instrumentos de coleta de dados para a monografia. Coleta de dados. Técnicas de análise de dados, tendo em vista a elaboração da monografia. Apresentação da primeira parte do trabalho de Conclusão de Curso. Correção ortográfica e dos Procedimentos para elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos de acordo com a ABNT.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1994.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1991.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Prática Pedagógica: Direitos Humanos, Transformação Social e Cidadania

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Prática Pedagógica para a formação docente II- Compreender conceito de direitos humanos e cidadania. Condições econômicas, materiais, sociais, culturais e cognitivas para desenvolver-se em toda a sua capacidade humana: políticas públicas sociais que garantam moradia, educação, liberdade, segurança, saneamento básico e trabalho. Voto como exercício da cidadania e cuidando dos espaços públicos.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BRASIL. Programa Nacional de Direitos Humanos-3. Brasília: SDH/PR, 2009.

- BRASIL. Plano PluriAnual 2012-2015. Brasília:MP, 2011.

-BRASIL. Metodologia da Organização das Nações Unidas para Indicadores de Direitos Humanos. Brasília: SDH/PR, 2012.

- NATALINO, Marco Antônio Carvalho. Apontamentos sobre a Criação de um Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos. In: Olhares sobre Indicadores de Direitos

Humanos. Rodriguez, Maria Helena; Pradal, Fernanda Ferreira (orgs.) Rio de Janeiro: FASE, 2010.

- SARAIVA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: Políticas públicas - coletânea /

Organizadores: Enrique Saraiva e Elisabete Ferrarezi. – Brasília: ENAP, 2006.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado II- No Ensino Fundamental - Alfabetização (1º E 3º Ano) (Observação Intervenção)

PRÉ-REQUISITOS: Estágio Curricular Supervisionado I – na Educação Infantil – Creche - Maternal - Pré-escola (observação intervenção);

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos				
120h	4	0	0	4	0

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Abordagem teórica relativa aos processos de ensino, aprendizagem, execução de atividade docente diretamente numa escola-campo de Ensino Fundamental – anos iniciais (com ênfase na alfabetização), com o desenvolvimento das etapas de observação, participação/monitoria, planejamento e desenvolvimento de um projeto pedagógico por meio da iniciação à docência, que proporcione ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico. Nesse momento do Estágio Supervisionado nos anos iniciais do Ensino Fundamental os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a escola: alunos, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-



pedagógicos.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

PARO, VITOR HENRIQUE. **Por dentro da escola pública**. São Paulo: Xamã, 2000, 335 p.

PIMENTA, S. G. **O estágio na formação de professores: Unidade Teoria e Prática**. São Paulo: Cortez, 1992.

PICONEZ, Stela C. Bertholo; FAZENDA, Ivani Catarina A. **A prática de ensino e o estágio supervisionado** et al. Campinas: Papyrus, 2005 139 p. - (Magistério : formação e trabalho pedagógico) .

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Pressupostos Teóricos e Metodológicos da Educação de Jovens e Adultos

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária

Créditos

60h

3 1 0 0 1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Aspectos políticos, históricos e pedagógicos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. A educação de adultos e o movimento da educação popular como possibilidade de inclusão social. Pressupostos teóricos e metodológicos da EJA. Práticas pedagógicas dos docentes no processo de alfabetização e a especificidade destas no trabalho com jovens e adultos. Andragogia.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BEISIEGEL, Celso de Rui. Política de educação de jovens e adultos no Brasil. In: OLIVEIRA, D. A. (Org.). **A gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

FREIRE, Ana Maria Araújo. **Analfabetismo no Brasil: da ideologia da interdição do corpo à ideologia nacionalista, ou como deixar sem ler e escrever desde as Catarinas**. (Paraguaçu), Filipas, Madalenas, Anas, Genebras, Apolônias e Grácias até os Severinos. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: INEP, 1989.

LIMA, Licínio C. **Educação ao longo da vida: entre a mão direita e a mão esquerda de Miró**. São Paulo: Cortez, 2007.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e Educação de Adultos: Contribuição a História da Educação Brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
REITORIA



DISCIPLINA: Pedagogia em Ambientes Não Escolares					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
A dimensão do trabalho pedagógico em ambientes não escolares: educação e movimentos populares; o espaço da educação comunitária e privada. Aspectos educacionais nas instituições sociais: igrejas, sindicatos, cooperativas, hospitais, outros.					
4. BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA:					
BOFF, Leonardo. Ecologia da terra grito dos pobres . 3ª ed., São Paulo: Editora Ática, 2000.					
BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Saber e ensinar: três estudos de educação popular . Campinas: Papyrus: 1984.					
FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação não-formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão social . Meta: Avaliação / Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.					
LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e Pedagogos, para quê? 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.					
TEIXEIRA, Elenaldo Celso Teixeira. Políticas Públicas e Cidadania . (Série UFBA em CAMPO/debates). Salvador: EDUFBA, 2001.					

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Pedagogia Empresarial, Organizacional e Social					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
História Da Pedagogia E Campos De Intervenção. O pedagogo, enquanto articulador do conhecimento e das ações no âmbito das instituições não escolares, como a organização da prática em pedagogia social de rua, pedagogia em ambientes empresariais, em ambientes de reintegração social, de promoção da saúde e de organização comunitária.					
4. BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA:					



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
REITORIA



BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas políticas**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LIBÂNEO, José Carlo. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Estágio Curricular Supervisionado III- No Ensino Fundamental - Segundo Ciclo (4º E 5º Ano) (Observação Intervenção)

PRÉ-REQUISITOS: Estágio Curricular Supervisionado II- No Ensino Fundamental - Alfabetização (1º E 3º Ano) (Observação Intervenção)

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos				
120h	4	0	0	4	0

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

Abordagem teórica relativa aos processos de ensino, de aprendizagem, execução de atividades docentes diretamente numa escola-campo de ensino fundamental – anos iniciais (com ênfase nos últimos anos). Desenvolvimento das etapas de observação, participação/monitoria, planejamento e realização do projeto pedagógica por meio da iniciação à docência, que proporcione ao estagiário o aprender a ser professor numa situação real de trabalho pedagógico. Os estagiários farão, ainda, coleta de informações sobre a instituição: crianças, professores, pais, aspectos físicos, administrativos e político-pedagógicos.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

BARREIRO, I. M. F.; GEBRAN, R. A. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação de Professores**. São Paulo: Avercamp, 2006.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**. 8. ed. Porto Alegre: Mediação Editora, 1996

FAZENDA, Ivani. **Práticas Interdisciplinares na Escola**. São Paulo: Cortez, 1999.

MILANESI, Irton. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. In: *Revista da Faculdade de Educação*. Mato Grosso: UNEMAT Editora, ano III, n 3, p. 62 a 73, jan. – jun. 2005.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: ONDE SE LÊ METODOLOGIAS DA PESQUISA III, LEIA SE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1



3. EMENTA
CONTEÚDO DA EMENTA Finalização do trabalho monográfico. Orientações metodológicas para a formatação da monografia. Organização para socialização da monografia (seminário de comunicação científica). Correção ortográfica e dos Procedimentos para elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos de acordo com a ABNT. Publicação do texto final do TCC.
4. BIBLIOGRAFIA
BÁSICA: ABNT. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas. As bibliografias desta disciplina se orientam a partir do referencial da temática de pesquisa dos acadêmicos(as).

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Educação Integral e em Tempo Integral					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA A Educação em Tempo Integral, Educação Integral e Lei de Acesso à Informação (LAI). Plano Nacional da Educação (PNE). Desenvolvimento do ser humano; integração de tempos e espaços e; desenvolvimento das atividades em tempo integral.					
4. BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA: RROYO, Miguel Gonzales. O Direito ao Tempo de Escola. São Paulo: Cad. Pesq. (65): 3-10, maio 1988. Apresentado no Seminário "Escola Pública de Tempo Integral: uma questão em debate", realizado na Fundação Carlos Chagas, de 11 a 13 de fevereiro de 1987. BRASIL. Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. CAVALIERE, Ana Maria. Anísio Teixeira e a educação integral. V. 20, n. 46. Rio de Janeiro: Paideia/SciELO, maio-ago, 2010. P. 249-259.					

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Afetividade no Processo de Ensino e Aprendizagem					



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
“CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO”
REITORIA



PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	0	1
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
Pedagogia do afeto. As condições de aprendizagem, maturação, meio social enfatizando a motivação nas diversas abordagens teóricas.					
4. BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA:					
FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia : saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.					
PIAGET, Jean. A linguagem e o pensamento da Criança . 6ª ed. São Paulo: Martins e Fontes, 1993.					
VYGOTSKY, Lev Semenovich. A Formação social da mente . São Paulo: Martins e Fontes, 1994.					
VYGOTSKY, Lev Semenovich. Pensamento e linguagem . 5 ed - São Paulo: Martins Fontes, 1993.					

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA					
DISCIPLINA: Prática Pedagógica: Educação, Empreendedorismo e Sustentabilidade					
PRÉ-REQUISITOS: não possui					
2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS					
Carga Horária	Créditos				
60h	3	1	0	1	0
3. EMENTA					
CONTEÚDO DA EMENTA					
Prática pedagógica para a formação docente II- Aproximar sujeito e a sociedade contemporânea. Mundo do trabalho e o mundo das instituições educacionais. Ações relacionadas ao empreendedorismo. Programas e diretrizes educacionais pautados no desenvolvimento de competências e de um perfil empreendedor, especialmente na área de formação profissional tecnológica, vislumbrando a sustentabilidade. Desenvolver práticas transformadoras.					
4. BIBLIOGRAFIA					
BÁSICA:					
BRANSFORD, J.; BROWN, A.; COCKING, R. Como as pessoas aprendem: cérebro, mente, experiência e a escola. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2007.					
BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. 2012.					
CASTELLS, M. A sociedade em rede. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.					



CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. São Paulo: Manole, 2012.

DOLABELA, F. Pedagogia Empreendedora. São Paulo: Sextante, 2003.

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

DISCIPLINA: Metodologia de Pesquisa em Educação

PRÉ-REQUISITOS: não possui

2. DISTRIBUIÇÃO DOS CRÉDITOS – CRÉDITOS

Carga Horária	Créditos
60h	3 1 0 0 1

3. EMENTA

CONTEÚDO DA EMENTA

A pesquisa como princípio científico e educativo. A universidade como espaço da produção do conhecimento Consistência para o tema e definição do problema de pesquisa. Elaboração do roteiro da monografia: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais. Definição dos orientadores. Elaboração do projeto de Pesquisa, com aprovação do(a) orientador(a). Correção ortográfica e dos Procedimentos para elaboração de trabalhos acadêmicos e científicos de acordo com a ABNT.

4. BIBLIOGRAFIA

BÁSICA:

AZEVEDO, Israel Belo de. **O prazer da produção científica**. Piracicaba: UNIMEP, 1995.

FAZENDA, Ivani (Org.). **A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar em projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**. Adaptação Lana marra Siman. Porto alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

18. Referências

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; ALMEIDA, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

BRASIL. **Lei nº 14.180, de 1 de julho de 2021**. Institui a Política de Inovação Educação Conectada. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 02 jul. 2021.

BRASIL. **Edital nº 35, de 21 de junho de 2021**. Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 jun. 2021.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
"CARLOS ALBERTO REYES MALDONADO"
REITORIA



BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 2019.

GOUVEIA, Fernanda. Da didática à matemática: o papel do professor como mediador qualificado. GOUVEIA, Fernanda; PEREIRA, Gorete. (Org.). **Didática e matemática.** Funchal: CIE-UMA - Centro de Investigação em Educação, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.13/2001>. Acesso em: 13 mar. 2021.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação permanente do professorado:** novas tendências. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez, 2009.

MANCEBO, Denise. Trabalho docente e tecnologias: controle e mercadorização do conhecimento. In: GARCIA, Dirce M. F.; CECÍLIO, Sálua. **Formação e profissão docente em tempos digitais.** Campinas, SP: Alínea, 2009.

O'REILLY, Maria Cristina Ravaneli de Barros. Formação de professores – tecnologia educacional. In: PARENTE, Cláudia da Mota Darós; VALLE, Luiza Elena L. Ribeiro do; MATTOS, Maria José Viana Marinho de. (Org.). **A formação de professores e seus desafios frente às mudanças sociais, políticas e tecnológicas.** Porto Alegre: Penso, 2015.

FULLAN, Michael. **Change forces:** probing the depths of educational reform. Londres: The Falmer Press, 1993.

KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e tempo docente.** Campinas, SP: Papirus, 2013.

HARGREAVES, Andy; FINK, Dean. Estratégias de cambio y mejora en educación caracterizadas por su relevancia, difusión y continuidad en el tiempo. **Revista de Educación**, n. 339, 2006.

PISCHETOLA, Magda. **Inclusão digital e educação: a nova cultura da sala de aula.** Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes/PUC-Rio, 2016.

MARCELO, Carlos. Las tecnologías para la innovación y la práctica docente. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, jan./mar. 2013.

BRAGA, Ana Maria; GENRO, Maria Elly; LEITE, Denise. Universidade futurante: inovação entre as certezas do passado e incertezas do futuro. In: LEITE, Denise; MOROSINI, Marília. (Org.). **Universidade futurante:** produção do ensino e inovação. 2. ed. São Paulo: Papirus, 2010.

MARTÍN-BARBERO, JESÚS. Nuevos regímenes de visualidad y des-centramientos educativos. **Revista de Educación**, Espanha, n. 338, set./dez., 2005. Disponível em: <https://bit.ly/3bUflsb>. Acesso em: 15 maio. 2021.

CANÁRIO, Rui. **A escola tem futuro?** Das promessas às incertezas. Porto Alegre: Artmed, 2006.

CANÁRIO, Rui. A inovação como processo permanente. **Revista da Educação**, Lisboa, n. 2, 1987.

RIEDNER, Daiani Damm Tonetto Riedner. **Práticas pedagógicas e tecnologias digitais no ensino superior:** formação inicial de professores e inovação na UFMS. Rio de Janeiro, 2018. 181p. Tese de Doutorado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

RIEDNER, Daiani Damm Tonetto; PISCHETOLA, Magda. A inovação das práticas pedagógicas com uso de tecnologias digitais no ensino superior: um estudo no âmbito da formação inicial de professores. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas, SP, v. 23, n. 1, p. 64–81, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8655732>. Acesso em: 4 mar. 2021.



Emitido em 26/03/2026

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO Nº 10/2026 - PROEG-AFD (11.01.04.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 26/03/2026 17:14)
FERNANDA MARTINS DA SILVA
ASSESSORA DE GESTÃO DE FORMAÇÃO DIFERENCIADA
CAC-HISTORIA (11.01.03.01.01.06)
Matrícula: 278736001

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/documentos/> informando seu número: **10**, ano: **2026**, tipo:
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO, data de emissão: **26/03/2026** e o código de verificação: **cceef6ea5**



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DO MÉDIO ARAGUAIA
FACULDADE MULTIDISCIPLINAR DO MÉDIO ARAGUAIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE



ATA DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA –
INDIAVAÍ – FACULDADE MULTIDISCIPLINAR DO MÉDIO ARAGUAIA

Data: 05/02/2026
Horário: 13h30
Pauta 1. Revisão para adequações no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado no Núcleo Pedagógico de Indavaí

Aos cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, às treze horas e trinta minutos, reuniram-se por meio de plataforma digital Google Meet (<https://meet.google.com/nps-hzrz-bqn>) os membros do Núcleo Docente Estruturante do curso de Licenciatura em Pedagogia do Núcleo Pedagógico de Indavaí, vinculado à Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia, sob a Coordenação da Prof.^ª Dr.^ª Rosane Duarte Rosa Seluchinsk e presença do Prof. Dr. Heitor Marcos Kirsch (coordenador do curso), do Prof. Dr. Edson Sadayuki Eguchi, da Prof.^ª Dr.^ª Luciene Castuera de Oliveira e da Prof.^ª Dr.^ª Maria Cristina Martins De Figueiredo Bacovis. A coordenadora declarou aberta a sessão do NDE do Curso, e o Coordenador do Curso, Prof. Dr. Heitor Marcos Kirsch explicou necessidade das adequações a serem realizadas na RESOLUÇÃO Nº 004/2021 – AD REFERENDUM DO CONEPE /2022 relativas ao PPC de Licenciatura em Pedagogia.

1. Quanto a revisão e explicitação da carga horária de estágio curricular supervisionado. Entre as adequações, foi observado que, na página 14 do PPC do curso de Pedagogia, a carga horária 400 horas é referente a Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da Educação Básica, que trata da carga horária mínima para o estágio curricular supervisionado. Contudo, o texto do PPC não deixa claro que a carga horária a ser desenvolvida no curso é de 450 horas. Assim, o texto será melhor redigido, tornando explícito que, conforme o Art. 11 da Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a carga horária dos cursos de licenciatura deve seguir a seguinte distribuição: Grupo III: 800 (oitocentas) horas de prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora, e que o curso executará 450 horas de estágio curricular supervisionado, conforme componentes curriculares da matriz.

2. Quanto a Disciplinas METODOLOGIA DE PESQUISA II E METODOLOGIA DE PESQUISA III. Observou-se, e assim recomenda-se, a necessidade de alterar a nomenclatura das disciplinas Metodologia de Pesquisa II e Metodologia de Pesquisa III para Trabalho de Conclusão de Curso I (TCCI) e Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II), respectivamente. A medida visa proporcionar uma melhor compreensão de que o TCC é contemplado por dois componentes curriculares e atender à Resolução N 030/2012 - CONEPE, que dispõe em seu “Art. 5º. O TCC deverá ser ofertado em, no mínimo, duas disciplinas: I – TCC I, para desenvolvimento da orientação de elaboração do projeto; II – TCC II, para a estruturação de monografia para exames de qualificação e defesa; Parágrafo Único: A carga horária de cada disciplina será mantida no Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

3. Quanto a alterações no PPC do curso de pedagogia, Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Com relação às Diretrizes Curriculares Nacionais do Parecer CNE/CES referente ao perfil de egresso e às atividades complementares (páginas 6 e 26 do PCC do curso de Pedagogia),



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DO MÉDIO ARAGUAIA
FACULDADE MULTIDISCIPLINAR DO MÉDIO ARAGUAIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE



observou-se a necessidade de correção para atender à Resolução CNE/CES nº 450, de 7 de dezembro de 2000 e a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, uma vez que há no PCC a citação equivocadamente das Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pela Resolução CNE/CES 18, de 13/03/2002), que estabelece diretrizes para o Curso de Letras e não o de Pedagogia. Convém inserir no item 1. Informações gerais sobre o curso a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006.

4. Quanto ao perfil do egresso segundo o Conselho Nacional de Educação CONSELHO PLENO RESOLUÇÃO CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. O NDE realizou uma análise comparativa do texto do PPC de Pedagogia em relação à RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006, demonstrando que o perfil do profissional está em consonância com a resolução acima mencionada, indicando que houve apenas uma inclusão equivocada do número da resolução no texto do PCC de Pedagogia.

RESOLUÇÃO Nº 004/2021 – AD REFERENDUM DO CONEPE	Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:
I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social; III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas; VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano; VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias digitais adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas; VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;	I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária; II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social; III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria; IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo; V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas; VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DO MÉDIO ARAGUAIA
FACULDADE MULTIDISCIPLINAR DO MÉDIO ARAGUAIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE



<p>IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;</p> <p>X - demonstrar consciência da diversidade e da alteridade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;</p> <p>XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;</p> <p>XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;</p> <p>XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;</p> <p>XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;</p> <p>XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;</p> <p>XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.</p> <p>XVII - ser capaz de lidar com as diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como Libras e escrita), corporal, visual, sonora e digital, ampliando suas possibilidades de participação na vida social e, conseqüentemente, conscientes de sua contribuição no processo de transformação das linguagens.</p>	<p>VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;</p> <p>VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;</p> <p>IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;</p> <p>X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;</p> <p>XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;</p> <p>XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;</p> <p>XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;</p> <p>XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental ecológicos; sobre propostas</p>
---	--



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DO MÉDIO ARAGUAIA
FACULDADE MULTIDISCIPLINAR DO MÉDIO ARAGUAIA
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE



<p>XVIII - ter conhecimento do patrimônio cultural e linguístico desconhecido por grande parte da população brasileira como as variedades do português, as línguas indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras.</p> <p>XIX - ser capaz de refletir e se posicionar sobre os textos circulantes nos diversos campos de atividade humana, considerando-se, assim, as múltiplas formas de expressão como a literatura infantil e juvenil, o cânone, o culto, o popular, a cultura de massa, das mídias e as culturas juvenis estabelecendo a interação e o trato com o diferente.</p> <p>XX - fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo.</p>	<p>curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;</p> <p>XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;</p> <p>XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.</p>
---	---

Nesse sentido, o referido PPC foi submetido ao Núcleo Docente Estruturante para a realização das modificações necessárias em relação ao Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pela Resolução CNE/CES 18, de 13/03/2002) para Resolução CNE/CES nº 450, de 7 de dezembro de 2000, Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. Após explanação, o PPC foi submetido à votação e aprovado de forma unânime pelos conselheiros. Nada mais a relatar, esta ATA foi lavrada e assinada por mim Rosane Duarte Rosa Seluchinesk, e será lida e apreciada na próxima reunião deste Colegiado.

Indiavaí-MT, 05/02/2026


Prof.ª Dr.ª Rosane Duarte Rosa Seluchinesk
Presidente do NDE

LISTA DE PRESENÇA:

Prof.ª Dr.ª Rosane Duarte Rosa Seluchinesk – Presidente do NDE
Prof. Dr. Heitor Marcos Kirsch - Coordenador do curso
Prof. Dr. Edson Sadayuki Eguchi – Membro
Prof.ª Dr.ª Luciene Castuera de Oliveira – Membro
Prof.ª Dr.ª Maria Cristina Martins De Figueiredo Bacovis – Membro



Emitido em 26/03/2026

ATA DE NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE Nº 1/2026 - PROEG-AFD (11.01.04.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 26/03/2026 17:14)
FERNANDA MARTINS DA SILVA
ASSESSORA DE GESTÃO DE FORMAÇÃO DIFERENCIADA
CAC-HISTORIA (11.01.03.01.01.06)
Matrícula: 278736001

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2026**, tipo:
ATA DE NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE, data de emissão: **26/03/2026** e o código de verificação:
0f1516280a



PARECER Nº 003/2026 – Ad Referendum - COLEGIADO DA FACULDADE MULTIDISCIPLINAR DO MÉDIO ARAGUAIA

ASSUNTO: Alteração no PPC do curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado no Núcleo Pedagógico da Unemat de Indavaí-MT

PARTES INTERESSADAS: Universidade do Estado de Mato Grosso
Campus Universitário do Médio Araguaia
Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia
Curso de Licenciatura em Pedagogia/Indavaí

HISTÓRICO: A coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia/Indavaí encaminhou para a Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia (FAMMA) a ata de reunião do NDE e o parecer do colegiado de curso referente às alterações no PPC Curso de Licenciatura em Pedagogia/Indavaí.

ANÁLISE: Identificamos que as alterações no PPC se referem a adequações de inconsistências encontradas no PPC aprovado, conforme segue:

- a) Revisão e explicitação da carga horária de estágio curricular supervisionado: anteriormente o PPC previa 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, no entanto, o curso executará 450 horas de estágio curricular supervisionado, conforme componentes curriculares da matriz, em conformidade com o art. 11 da Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a carga horária dos cursos de licenciatura);
- b) Disciplinas “METODOLOGIA DE PESQUISA II” e “METODOLOGIA DE PESQUISA III” terão a nomenclatura alterada para respectivamente “Trabalho de Conclusão de Curso I (TCCI)” e “Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)”: a fim de cumprir o art. 5º da Resolução nº 030/2012 - CONEPE, o qual disciplina que o TCC deverá ser ofertado em no mínimo duas disciplinas.
- c) Correção das Diretrizes Curriculares Nacionais: Nos itens Perfil do egresso e Atividades Complementares (p. 6 e 26 do PPC) foi realizado a correção das resoluções, devido o PPC citar equivocadamente as Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pela Resolução CNE/CES 18, de 13/03/2002), que estabelece diretrizes para o Curso de Letras e não o de Pedagogia, sendo substituída pela Resolução CNE/CES nº 450, de 7 de dezembro de 2000 e a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, além disso, a referida resolução deverá ser inserida no Item 1. Informações gerais sobre o curso.
- d) Perfil Do Egresso Segundo Conselho Nacional De Educação Conselho Pleno Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 - correção do número da resolução informado no item do perfil do egresso, bem como, onde se lê “Letras”, leia-se “Pedagogia”.

PARECER: Diante do exposto, a presidente deste Colegiado emite PARECER FAVORÁVEL *Ad referendum* às alterações no PPC Curso de Licenciatura em Pedagogia ofertado no Núcleo Pedagógico da Unemat de Indavaí-MT

ENCAMINHAMENTO: Encaminha-se o parecer e as disciplinas à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação/ Assessoria de Gestão de Formação Diferenciada - PROEG/AFD - para os devidos encaminhamentos e nova publicação da versão alterada.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MÉDIO ARAGUAIA “DOM PEDRO CASALDÁLIGA”
COLEGIADO DA FACULDADE MULTIDISCIPLINAR DO MÉDIO ARAGUAIA



Luciara (MT), 25 de março de 2026.

Profa. Dra. Rosane Duarte Rosa Seluchinesk
Presidente do Colegiado Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia
Campus Universitário do Médio Araguaia



Emitido em 26/03/2026

PARECER COLEGIADO DE FACULDADE Nº 1/2026 - PROEG-AFD (11.01.04.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 26/03/2026 17:14)
FERNANDA MARTINS DA SILVA
ASSESSORA DE GESTÃO DE FORMAÇÃO DIFERENCIADA
CAC-HISTORIA (11.01.03.01.01.06)
Matrícula: 278736001

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/documentos/> informando seu número: **1**, ano: **2026**, tipo:
PARECER COLEGIADO DE FACULDADE, data de emissão: **26/03/2026** e o código de verificação:
d605be27dd



PARECER Nº 01/2026 – COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - INDIAVAÍ

ASSUNTO: Solicitação de aprovação das Alterações no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, ofertado no Núcleo Pedagógico de Indavaí, e vinculado a Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia do Campus Universitário do Médio Araguaia “Dom Pedro Casaldália”

PARTES INTERESSADAS: Universidade do Estado de Mato Grosso
Campus Universitário do Médio Araguaia “Dom Pedro Casaldália”
Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia
Núcleo Pedagógico de Indavaí
Curso de Licenciatura em Pedagogia

HISTÓRICO: O Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia recebeu a Ata nº 01/2026 do Núcleo Docente Estruturante do referido curso, acerca de alterações a serem realizadas no Projeto Pedagógico do Curso, em revisão ao encaminhado para o Processo de Reconhecimento do Curso.

ANÁLISE: Constatam na ata mencionada acima, recomendações para a readequação do Projeto Pedagógico, sendo as seguintes:

- a) Revisão e explicitação da carga horária de estágio curricular supervisionado: anteriormente o PPC previa 400 (quatrocentas) horas de estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, no entanto, o curso executará 450 horas de estágio curricular supervisionado, conforme componentes curriculares da matriz, em conformidade com o art. 11 da Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019, a carga horária dos cursos de licenciatura);
- b) Disciplinas “METODOLOGIA DE PESQUISA II” e “METODOLOGIA DE PESQUISA III” terão a nomenclatura alterada para respectivamente “Trabalho de Conclusão de Curso I (TCCI)” e “Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)”: a fim de cumprir o art. 5º da Resolução nº 030/2012 - CONEPE, o qual disciplina que o TCC deverá ser ofertado em no mínimo duas disciplinas.
- c) Correção das Diretrizes Curriculares Nacionais: Nos itens Perfil do egresso e Atividades Complementares (p. 6 e 26 do PPC) foi realizada a correção das resoluções, devido o PPC citar equivocadamente as Diretrizes Curriculares Nacionais (Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pela Resolução CNE/CES 18, de 13/03/2002), que estabelece diretrizes para o Curso de Letras e não o de Pedagogia, sendo substituída pela Resolução CNE/CES nº 450, de 7 de dezembro de 2000 e a Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006, além disso, a referida resolução deverá ser inserida no Item 1. Informações gerais sobre o curso.
- d) Perfil Do Egresso Segundo Conselho Nacional De Educação Conselho Pleno Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006 - correção do número da resolução informado no item do perfil do egresso, bem como, onde se lê “Letras”, leia-se “Pedagogia”.

PARECER: Diante do exposto o Colegiado do Curso de Pedagogia, Núcleo Pedagógico de Indavaí, vinculado à Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia, emite **PARECER FAVORÁVEL** emite **EM UNANIMIDADE** à aprovação das alterações sugeridas pelo Núcleo Docente Estruturante no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, ofertado no Núcleo Pedagógico de Indavaí. Ademais, este Colegiado encaminha



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MÉDIO ARAGUAIA "DOM PEDRO CASALDÁLIGA"
FACULDADE MULTIDISCIPLINAR DO MÉDIO ARAGUAIA
COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA / INDIAVAÍ



o PPC aos órgãos competentes, para tramitação conforme os procedimentos institucionais.

Indiavaí (MT), 05 de fevereiro de 2026.

Prof. Dr. Heitor Marcos Kirsch
Presidente do Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia
Núcleo Pedagógico de Indiavaí
Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia

Conselheiros presentes:

NOME	SEGMENTO
LUCIENE CASTUEIRA DE OLIVEIRA	DOCENTE
ROSANE DUARTE ROSA SELUCHINESK	DOCENTE
RITA DE CÁSSIA BECK DE OLIVEIRA	DOCENTE
ANALUCIA RIBEIRO SOUSA	DOCENTE
DAIANY PEREIRA	DOCENTE
GUILHERME DAMASCENO DA SILVA	PTES
THIAGO JOSÉ VIEIRA	PTES



Emitido em 26/03/2026

PARECER COLEGIADO DE CURSO Nº 2/2026 - PROEG-AFD (11.01.04.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 26/03/2026 17:14)
FERNANDA MARTINS DA SILVA
ASSESSORA DE GESTÃO DE FORMAÇÃO DIFERENCIADA
CAC-HISTORIA (11.01.03.01.01.06)
Matrícula: 278736001

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/documentos/> informando seu número: **2**, ano: **2026**, tipo:
PARECER COLEGIADO DE CURSO, data de emissão: **26/03/2026** e o código de verificação: **3abb5fd1fd**



PARECER Nº 027/2026 – AGFD/PROEG/UNEMAT

Partes Interessadas: Universidade do Estado de Mato Grosso
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Campus Universitário do Médio Araguaia “Dom Pedro Casaldáliga”
Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia
Núcleo Pedagógico de Indavaí

ASSUNTO: Trata-se do Processo Nº 23065.002654/2026-66 – SIPAC - Que versa sobre a readequação do PCC da turma fora de sede do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia ofertada no Núcleo Pedagógico de Indavaí.

HISTÓRICO: Trata-se de processo nº 23065.002654/2026-66 – SIPAC de readequação da Resolução Nº004/2021-AD referendado que foi homologada pela resolução Nº042/2021- CONEPE e trata do PCC da turma única pedagógica ofertada em Vila Bela da Santíssima Trindade.

Constam nos autos do processo os seguintes documentos: Resolução Nº 004/2021 – Ad Referendum do CONEPE que aprova o Projeto Pedagógico do Curso; Ata do Núcleo Docente Estruturante do Curso de Licenciatura em Pedagogia – Indavaí – Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia; Parecer Nº 003/2026 – Ad Referendum – Colegiado da Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia e o Parecer Nº 01/2026 – Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia - Indavaí.

ANÁLISE:

DO MÉRITO DA PROPOSTA

A proposta final do curso ficou, em resumo, à seguinte configuração:

- Denominação do Curso: Licenciatura em Pedagogia;
- Ano de criação: 2021;
- Grau oferecido: Nível Superior;
- Título Acadêmico conferido: Licenciatura em Pedagogia;



- Modalidade de Ensino: Turma Única – Modular/Presencial;
- Tempo mínimo de integralização: 08 semestres, no mínimo e no máximo, 12 semestre;
- Carga horária total: 3.560 horas;
- Número de vagas: 40 vagas;
- Ingresso: Vestibular específico ou SISU;
- Campus de Vinculação: Campus Universitário do Médio Araguaia/MT.
- Local de oferta: Indiavaí/MT.
- Período: no período noturno eventualmente com atividades diurnas;

O curso de Pedagogia em sua presente organização curricular é resultado de intensa análise e discussão interinstitucional, intensificada em junho/2021, para atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação, Resolução CNE/CP N° 2, de 20 de dezembro de 2019) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada, CNE/CP N° 1, de 27 outubro de 2020) bem como a Portaria N° 412, de 17 de junho de 2021, que institui o Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares. No tocante ao acesso, além dos alunos oriundos do Ensino Médio, o currículo atual avança no sentido de ampliar o atendimento aos profissionais de educação não licenciados por meio da oportunidade de formação específica de nível superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, atendendo assim a meta 15 do Plano Nacional de Educação Ademais, atende as normativas internas da UNEMAT: Resolução n° 054/2011 – CONEPE, Resolução Resolução n° 010/2020 – CONEPE, Resolução n° 011/2020 – CONEPE e IN 003/2019 - UNEMAT.

Cabe destacar que a presente proposta está de acordo com a Resolução n° 002/2012 – CONCUR (Estatuto da UNEMAT), que estabelece:

Art. 84 Os Núcleos Pedagógicos são estruturas institucionais temporárias, implantadas em municípios da região geo-educacional da UNEMAT, com o fim de oferecer modalidades diferenciadas de ensino por meio de cursos fora da sede.



§1º Entende-se por curso fora da sede a turma de Ensino de Graduação, implantada em razão de demanda especial, de oferta não regular e temporária.

§2º O curso fora da sede será oferecido por meio de:

I. [...]

II. [...]

III. Um novo curso e/ou habilitação para atendimento de demanda localizada, com projeto pedagógico de autoria do Campus respectivo, cuja execução seja coordenada por ele.

§3º O curso fora da sede funcionará em um Núcleo Pedagógico e/ou sede de Campus Universitário.

De acordo com a Resolução nº 004/2021 – CONEPE que aprova o Projeto Político-Pedagógico do curso, a UNEMAT tem interesse na Readequação do referido PPC da Turma Fora de Sede do Curso de Licenciatura em Pedagogia ofertada no município ora mencionado sendo esta turma financiada com recursos provenientes do Programa Institucional de Fomento e Indução da Inovação da Formação Inicial Continuada de Professores e Diretores Escolares (PRIL).

PARECER: Após análise do processo, considerando os documentos acostados aos autos, a pertinência da proposta apresentada e o atendimento às exigências da Instrução Normativa nº 003/2019 - UNEMAT, esta Pró-Reitoria exara **PARECER FAVORÁVEL** à readequação do Projeto Pedagógico do curso de Licenciatura em Pedagogia ofertada no Núcleo Pedagógico de Indiavaí/MT, Turma Fora de Sede a ser executado, vinculado a Faculdade Multidisciplinar do Médio Araguaia, Campus Universitário do Médio Araguaia “Dom Pedro Casaldáliga” . **É o Parecer.**

Cáceres, 26 de Março de 2026.

Profª Drª Fernanda Martins da Silva
Assessora de Gestão de Formação Diferenciada
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação
Portaria nº 68/2023



Emitido em 26/03/2026

PARECER Nº 10/2026 - PROEG-AFD (11.01.04.03)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 26/03/2026 17:24)
FERNANDA MARTINS DA SILVA
ASSESSORA DE GESTÃO DE FORMAÇÃO DIFERENCIADA
CAC-HISTORIA (11.01.03.01.01.06)
Matrícula: 278736001

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/documentos/> informando seu número: **10**, ano: **2026**, tipo:
PARECER, data de emissão: **26/03/2026** e o código de verificação: **0e9cdb9982**



RESOLUÇÃO Nº 004/2026 – AD REFERENDUM DO CONEPE

Aprova a alteração da Resolução nº 004/2021-Ad Referendum do CONEPE que dispõe sobre Projeto Pedagógico do Curso Turma Fora de Sede de Licenciatura em Pedagogia a ser ofertado pela Universidade do Estado de Mato Grosso.

A Reitora da Universidade do Estado de Mato Grosso “Carlos Alberto Reyes Maldonado” – UNEMAT, no uso de suas atribuições legais, considerando Resolução nº 004/2021-Ad Referendum do CONEPE, Processo nº 23065.002654/2026-66, Ata nº 005/2026-NDE, Parecer nº 001/2026-Ad Referendum do Colegiado de Curso, Parecer nº 003/2026-Ad Referendum do Colegiado de Faculdade, Parecer nº 027/2026-AGFD/PROEG;

RESOLVE AD REFERENDUM DO CONEPE:

Art. 1º Aprovar a alteração da Resolução nº 004/2021-Ad Referendum do CONEPE que dispõe sobre Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia (Turma Fora de Sede) que consiste em:

I. Alteração da carga horária de Estágio Curricular Supervisionado, de 400 (quatrocentas) horas que passará para 450 horas (quatrocentas e cinquenta);

II. Alteração da nomenclatura da disciplina “Metodologia de Pesquisa I” que passa a denominar-se “Trabalho de Conclusão de Curso I (TCC I)”;

III. Alteração da nomenclatura da disciplina de “Metodologia de Pesquisa III” que passa a denominar-se “Trabalho de Conclusão de Curso II (TCC II)”;

IV. Correção da redação do item 3. “Perfil do Egresso”, conforme anexo único.

V. Inclusão de redação no item 1. “Informações gerais sobre o curso”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Resolução CNE/CES nº 450, de 7 de dezembro de 2000 e a Resolução CNE/CP nº 1, de 15/05/2006, o curso de Pedagogia busca formar um profissional polivalente, ético, reflexivo e comprometido com a transformação social”.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Sala da Reitoria da Universidade do Estado de Mato Grosso, em Cáceres/MT, 26 de março de 2026.


Profa. Dra. Vera Lúcia da Rocha Maquêa
Reitora



ANEXO ÚNICO RESOLUÇÃO Nº 004/2026-AD REFERENDUM DO CONEPE

3. Perfil do Egresso

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais Resolução CNE/CES nº 450, de 7 de dezembro de 2000 e a Resolução CNE/CP nº 1, de 15/05/2006, o curso de Pedagogia busca formar um profissional polivalente, ético, reflexivo e comprometido com a transformação social.

O domínio dos conteúdos, tomado isoladamente, não é o único fator que precisa ser avaliado em uma formação docente, pois há habilidades e capacidades relacionadas ao aporte didático-pedagógico com o qual poderá oferecer ao egresso condições para mediar seu conhecimento em sala de aula e para construir um espaço dinâmico de interação e de interlocução com os alunos. Dessa forma, disciplinas voltadas à formação docente são extremamente relevantes para equilibrar o processo de formação do licenciado em Pedagogia. Além disso, faz parte deste processo de formação desenvolver capacidades relacionadas às competências associadas à prática da investigação dos recursos específicos do processo de aprender a ler, a escrever, aprender as noções de matemática, de espaço, etc. O Curso de Licenciatura em Pedagogia busca, assim, atender ao perfil do licenciado nos seguintes aspectos:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;

VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;

VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias digitais adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;

VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;

X - demonstrar consciência da diversidade e da alteridade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;

XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;

XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;

XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não-escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.



XVII - ser capaz de lidar com as diferentes linguagens - verbal (oral ou visual-motora, como Libras e escrita), corporal, visual, sonora e digital, ampliando suas possibilidades de participação na vida social e, conseqüentemente, conscientes de sua contribuição no processo de transformação das linguagens.

XVIII - ter conhecimento do patrimônio cultural e linguístico desconhecido por grande parte da população brasileira como as variedades do português, as línguas indígenas, de imigração, de sinais, crioulas e afro-brasileiras.

XIX - ser capaz de refletir e se posicionar sobre os textos circulantes nos diversos campos de atividade humana, considerando-se, assim, as múltiplas formas de expressão como a literatura infantil e juvenil, o cânone, o culto, o popular, a cultura de massa, das mídias e as culturas juvenis estabelecendo a interação e o trato com o diferente.

XX - fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo.

De forma complementar ao perfil de egresso preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do curso, agregam-se as competências gerais e específicas definidas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação, RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 2, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2019).

Balizado pelos parâmetros que regem os princípios do ensino universitário, o Curso de Licenciatura em Pedagogia desenvolve ações conjuntas no Ensino, Pesquisa e Extensão. Assim, espera-se que o egresso do curso seja capaz de ser um mediador seguro dos processos de ensino-aprendizagem e que seja:

- I. sensível às diferenças interculturais;
- II. crítico na articulação e na transposição de questões teóricas e práticas;
- III. comprometido com uma formação docente contínua, investigativa, propositiva, empática e crítica, em constante diálogo com as diferentes áreas de conhecimento.



Emitido em 2026

CÓPIA DE RESOLUÇÃO Nº 31/2026 - REITORIA-ASSOC (11.01.30)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 26/03/2026 17:42)

TARLEI CARDENA DOS SANTOS

Agente Universitário

REITORIA-ASSOC (11.01.30)

Matrícula: 346414001

Visualize o documento original em <https://sipac.unemat.br/documentos/> informando seu número: **31**, ano: **2026**, tipo: **CÓPIA DE RESOLUÇÃO**, data de emissão: **26/03/2026** e o código de verificação: **f260d11113**